

Comissão de Justiça do Senado aprova novas regras que poderão vigorar já no pleito do ano que vem

## Eleições limpas: a reforma vai à Câmara

**R**edução nos custos das campanhas, maior transparência aos financiamentos e maiores penas para os envolvidos em crimes eleitorais: esses são alguns dos objetivos do projeto aprovado em decisão terminativa na CCJ. A proposta irá diretamente ao exame da Câmara dos Deputados se não houver recurso para que seja votada pelo Plenário do Senado. O projeto proíbe

a apresentação de artistas para animar comícios e a distribuição de brindes ao longo da campanha, reduz a 35 dias a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV (que não poderá ter gravações externas) e restringe a divulgação de pesquisas. As novas regras valerão para as eleições de 2006 se a lei for publicada no *Diário Oficial* até 30 de setembro.



JANE ARAÚJO

Jorge Bornhausen é autor do projeto

Palocci pode ser convocado para explicar denúncias

PÁGINA 8

## CPI identifica irregularidades nos Correios

Comissão técnica da CPI dos Correios identificou irregularidades em contratos de compra de tênis e de computadores nos Correios, enquanto a Controladoria Geral da União aponta "variação injustificada, de

400,77% a mais, no valor contratado, em relação ao estimado" no Correio Híbrido Postal. "O resultado dessa auditoria é assustador", afirmou o deputado José Eduardo Cardozo, sub-relator de contratos da CPI.

PÁGINAS 3 A 12

## País enfrenta déficit de mais de 7 milhões de moradias

PÁGINA 14

### Rótulo de remédio em braile deve diminuir riscos

O Plenário aprovou projeto que torna obrigatória a inscrição em braile do nome e da data de validade dos medicamentos.

PÁGINA 15

### — cidadania

Previdência facilita acesso de agricultores

PÁGINA 24

## e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 21

FRASES

Página 21

VOZ DO LEITOR

Página 21

CONHEÇA O SENADO

Página 23



ANA CAROLINA FERNANDES/FOLHA IMAGEM

Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro: exemplo de dificuldade para que a moradia se torne um direito de todos os brasileiros



**CRISE POLÍTICA** Comissão de Constituição e Justiça aprovou a reforma que pretende moralizar campanhas

# Mudanças eleitorais vão à Câmara



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, na quinta-feira, o substitutivo do relator, José Jorge (PFL-PE), ao projeto de lei (PLS 275/05) do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que estabelece novas normas para as eleições. Foram apresentadas 99 emendas à proposta, que reduz os custos da campanha, confere maior transparência a financiamentos e aumenta as penas para os crimes eleitorais.

O projeto foi aprovado em caráter terminativo, e será examinado pela Câmara dos Deputados. As novas regras só poderão vigorar nas próximas eleições, marcadas para 1º de outubro de 2006, se a proposta for publicada no *Diário Oficial* até 30 de setembro.

Pelo substitutivo, a escolha dos candidatos nas convenções

será entre 20 e 31 de julho. As campanhas terão início dia 1º de agosto, e não 5 de junho, como prevê a atual legislação.

## Limites para doações permanecem

O substitutivo não altera os limites de contribuição da legislação atual: as pessoas físicas poderão doar até 10% do seu rendimento bruto anual e as jurídicas, até 2% do faturamento do ano anterior. A multa para quem doar acima desses valores ficou estipulada entre 50 e 100 vezes a quantia em excesso. Sindicatos poderão fazer doação a partido ou candidato, prática proibida pela atual legislação e pelo projeto original. As empresas que tiverem contrato com o governo também poderão fazer doação, mas fica mantida a proibição para pessoa jurídica sem fins lucrativos, sociedades beneficentes, sociedades esportivas e organizações não-

governamentais.

Outra mudança de última hora proibiu a divulgação de pesquisas eleitorais, por qualquer meio, 15 dias antes das eleições e também vedou a distribuição, ao longo da campanha eleitoral, de camisetas, bonés, canetas, chaveiros, brindes e afins, assim como qualquer outro bem que possa proporcionar vantagens ou utilidades ao eleitor.

Para reduzir os custos de campanha, também ficou proibida a apresentação, remunerada ou não, de artistas para animar reuniões e comícios eleitorais. A propaganda gratuita em rádio e TV durará apenas 35 dias, ficando proibidas gravações externas, trucagens gráficas e efeitos especiais. Só os candidatos poderão participar dos programas.

Após o resultado das eleições, os partidos terão 10 dias para divulgar seus gastos de campanha pela Internet.



José Jorge adaptou a idéia original do projeto de Bornhausen de reduzir o tempo de campanha: agora, serão apenas 60 dias

## Relator diz que reforma é resposta à sociedade

O projeto de reforma eleitoral aprovado na quinta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) é, segundo o senador José Jorge (PFL-PE), uma resposta à sociedade, que se encontra perplexa diante de tantas denúncias de corrupção.

Relator do projeto na CCJ, José Jorge observou que a reforma tem por filosofia três itens básicos: diminuir os custos de campanhas eleitorais, tornar mais transparentes as doações consideradas legais e coibir o uso do chamado

caixa dois nas eleições.

Para o senador, é preciso agora que a Câmara dos Deputados, "tomando como exemplo o Senado", desengavete projetos vitais para que o país tenha uma ampla reforma eleitoral e aprove, de imediato, o instituto da fidelidade partidária e o financiamento público de campanha.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que o Senado realizou "uma operação de emergência muito importante para o país", ao aprovar a reforma eleitoral.

## Fernando Bezerra elogia aprovação de projeto no Senado

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) elogiou o Senado pela aprovação, na última quinta-feira, de projeto de reforma da legislação eleitoral (PLS 275/05).

– Esse é um passo significativo para que, no futuro, não venhamos a lamentar episódios de corrupção como esses que estão acontecendo – afirmou. O senador elogiou o relator, senador José Jorge (PFL-PE), que, segundo ele, fez um trabalho excelente na montagem do arcabouço jurídico que irá melhorar as relações dos políticos com a população.

## Para Mão Santa, é urgente purificar o Congresso

O senador Mão Santa (PMDB-PI) considerou pertinente a discussão de mudanças na legislação eleitoral, mas sustentou que a urgência é purificar o Congresso, alvo de denúncias de corrupção envolvendo parlamentares aliados e o governo Luiz Inácio Lula da Silva.

– Nunca dantes houve tanta corrupção. Essa é a reforma eleitoral que tem de ser feita, premiando os bons e punindo os maus parlamentares – afirmou.

## Eduardo quer regras em vigor já nas próximas eleições

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) manifestou, na quarta-feira, seu apoio ao projeto de lei (PLS 275/05) que altera as regras das campanhas eleitorais. Como as mudanças nessas regras só podem ser aplicadas nas eleições seguintes se forem aprovadas com um ano de antecedência, o senador, preocupado com a possibilidade de o projeto não ser aprovado a tempo de vigorar em 2006, apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) reduzindo para seis meses o prazo mínimo para que as mudanças entrem em vigor.

## Pedro Simon elogia Senado por aprovar minirreforma

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou a importância de a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ter aprovado na quinta-feira o que definiu como uma minirreforma eleitoral urgente. O parlamentar ressaltou a necessidade de a matéria ser aprovada pela Câmara até 30 de setembro, para que possa entrar em vigor já nas próximas eleições, em 2006. Para ele, a reforma política já deveria ter sido feita no primeiro ano do governo.

– A Câmara se reunirá e aprovará com certeza a proposta. Não é possível que sejamos incapazes de fazer a reforma política que o Brasil espera – afirmou. Simon deu destaque à fidelidade partidária, ao programa de televisão ao vivo, à proibição de camisetas, brindes e showmícios e à maior transparência na arrecadação de recursos como pontos importantes do substitutivo do relator, senador José Jorge (PFL-PE), ao projeto de lei (PLS 275/05) do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).

## Teotônio: Estado não pode sofrer ocupação predatória

Após afirmar que o Congresso não pode fugir da missão de investigar as denúncias de corrupção no financiamento de campanhas do PT e na composição da base governista, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) creditou outro dever ao Parlamento: propor e aprovar uma legislação eleitoral que previna a ocupação predatória do Estado por partidos e políticos.

Se novas regras eleitorais não forem aprovadas a tempo de valer para o pleito de 2006, afirmou o senador, o processo continuará a ser balizado por uma legislação "ultrapassada e inadequada". Essa perspectiva aumenta a responsabilidade do Legislativo, acrescentou, já que entre suas principais atribuições estão montar um arcabouço legal e institucional do país, prevenir crises e apontar saídas institucionais. – É isso o que nos cabe, é isso o que temos de fazer – assegurou.

## O que foi aprovado pelos senadores

### Campanha

- A duração da campanha será reduzida para 60 dias anteriores à antevéspera das eleições. Atualmente a campanha tem 90 dias.
- O horário eleitoral gratuito no rádio e na TV será de 35 dias anteriores à antevéspera das eleições.
- Artistas, contratados ou voluntariamente, não poderão animar reuniões ou comícios. Os showmícios serão extintos.
- Somente o candidato ou os filiados ao partido poderão aparecer nos programas eleitorais, cujas imagens serão feitas exclusivamente em estúdio, sem trucagens, apresentadores ou tomadas externas.
- As rádios comunitárias também

terão que veicular a propaganda gratuita.

• Fica proibida a distribuição de brindes (camisas, bonés, camisetas, chaveiros etc.) que possam ser úteis ou proporcionar vantagens para o eleitor.

### Financiamento

• Quem superar o teto de 10% do rendimento bruto anual da pessoa física ou 2% do faturamento bruto da pessoa jurídica vai pagar multa de 50 a 100 vezes a quantia doada em excesso.

• Quem deixar de registrar oficialmente o recebimento de recursos, usando um caixa dois, será punido com detenção de três a cinco anos e multa

de R\$ 20 mil a R\$ 50 mil.

• O prazo de prescrição dos crimes eleitorais passa de quatro anos para oito anos.

• A responsabilidade e as penalidades, antes restritas a partidos e candidatos, agora se estende aos tesoureiros das campanhas.

• ONGs, sociedades esportivas ou beneficentes não poderão fazer doações. Sindicatos poderão.

### Pesquisas de opinião

• Só poderão ser divulgadas até 15 dias antes do pleito.

(Os institutos de pesquisa já anunciaram que, se transformada em lei, vão recorrer da medida, que já teria sido considerada inconstitucional.)

## Parecer favorável à criação de agência de aviação civil

A criação da Agência Nacional de Aviação Civil (PLC 62/04) avançou mais uma instância ao ser aprovada pela Comissão de Justiça (CCJ) na última quinta. A Anac vai substituir o Departamento de Aviação Civil (DAC) na regulação do setor.

– Não se justifica que a aviação civil e a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária permaneçam sob gestão das Forças Armadas (como ocorre com o DAC). Deve-se destacar, de todo modo, que a Aeronáutica continua responsável pela gestão do Sistema de Controle

do Espaço Aéreo e do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – afirmou o relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Apesar de divergências sobre o texto, Jereissati conseguiu a aprovação do seu parecer sem mudanças. De acordo com o senador, qualquer alteração necessária deverá ser feita por veto presidencial.

– A criação da Anac tornou-se inadiável – explicou o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que participou do acordo.

**CRISE POLÍTICA** Uma comissão vai apurar a origem do dinheiro da corrupção; outra, os beneficiários

# Uma CPI para cada ponta do esquema



Detalhes sobre fraudes nos Correios revelados pelo ex-funcionário da estatal Maurício Marinho ao Ministério Público (MP) ajudaram a CPI dos Correios a escolher como seu foco de atuação a origem do dinheiro que alimenta a corrupção. Já a CPI do Mensalão vai ficar com a outra ponta do esquema, ou seja, os beneficiários desses recursos.

– O nosso foco principal é a origem do dinheiro – afirmou o presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Com esse foco, a CPI dos Correios decidiu ouvir Marinho pela segunda vez, o que deve ocorrer daqui a duas semanas, prazo pedido pelo MP para en-

viar suas conclusões à comissão (veja pág. 5).

A CPI ouviu nesta terça o ex-presidente do Banco Popular Ivan Guimarães responsável pelo contrato de R\$ 25 milhões com a DNA Propaganda, de Marcos Valério. Na quarta, será a vez de Marcus Vinícius Ferreira, genro do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), acusado por Marinho de ser os “olhos e ouvidos” do petebista na estatal.

Já a CPI do Mensalão começa a ouvir deputados identificados pela CPI dos Correios como receptores do “valerioduto”. A ordem das audiências vai ser definida na segunda-feira.

A CPI dos Correios transferiu para a CPI do Mensalão as convocações de pessoas ligadas a Valério, com exceção do ex-presidente do PT José Genoíno, do

ex-secretário de Comunicação do PT Marcelo Sereno, e do dono da Guaranhuns, José Antonio Batista. A comissão não abriu mão de ouvir os doleiros Haroldo Bicalho, Jader Kalid e Alberto Youssef. Mas Toninho da Barcelona não deve ir a Brasília (veja pág. 5).

No entanto, as últimas acusações do advogado Rogério Buratti podem mudar esse calendário. Ele revelou fraudes na prefeitura de Ribeirão Preto na gestão do



Membros da CPI dos Correios vão se concentrar em investigações sobre fraudes em contratos de estatais, especialmente com empresas de Marcos Valério

ministro da Fazenda, Antonio Palocci, já chamadas de “mensalão de Ribeirão”. Integrantes das

CPIs mistas admitem convocar Buratti, já ouvido e reconvocato pela CPI dos Bingos.

## Os 18 cassáveis apontados pela CPI dos Correios



### Sacadores e possíveis distribuidores das contas de Marcos Valério

- Carlos Rodrigues (PL-RJ) - R\$ 400 mil
- João Magno (PT-MG) - R\$ 350 mil
- João Paulo Cunha (PT-SP) - R\$ 50 mil
- José Borba (PMDB-PR) - R\$ 2,1 milhões
- José Janene (PP-PR) - R\$ 4,1 milhões
- Josias Gomes da Silva (PT-BA) - R\$ 100 mil
- Paulo Rocha (PT-PA) - R\$ 920 mil
- Professor Luizinho (PT-SP) - R\$ 20 mil
- Roberto Brant (PFL-MG) - R\$ 102,8 mil
- Romeu Queiroz (PTB-MG) - R\$ 350 mil
- Vadão Gomes (PP-SP) - R\$ 3,7 milhões

### Beneficiários indiretos dos saques

- Wanderval Santos (PL-SP) - Seu assessor esteve na agência do Banco Rural em dias que coincidem com saques nas contas de Valério.
- Pedro Corrêa (PP-PE) e Pedro Henry (PP-MT) - O chefe de gabinete de José Janene, João Cláudio Genu, aponta os dois dirigentes do PP como beneficiários dos R\$ 4,1 milhões que sacou.
- Sandro Mabel (PL-GO) - Teria oferecido R\$ 1 milhão para que a deputada Raquel Teixeira ingressasse no PL.

### Outras acusações

- José Mentor (PT-SP) - Recebeu R\$ 120 mil da agência de Marcos Valério. Relator da CPI do Banestado, excluiu o Banco Rural do relatório da CPI. O Rural concedeu empréstimos para Valério, não denunciou a movimentação suspeita e enviou dinheiro ao exterior sem declarar.
- Roberto Jefferson (PTB-RJ) - Denunciou o “mensalão”. Recebeu R\$ 4 milhões de Marcos Valério, sem dar detalhes sobre o destino do dinheiro. É acusado de coordenar um esquema de arrecadação de propinas em estatais como os Correios e a Eletronorte.
- José Dirceu (PT-SP) - Acusado de ser o mentor do “mensalão”. Marcos Valério e sua esposa, Renilda, afirmaram que ele participou das

## Processos contra parlamentares geram atrito

As cúpulas das CPIs do Mensalão e dos Correios garantem que não há atrito entre elas, mas membros dos colegiados têm trocado críticas públicas. A controvérsia é o destino das provas e indícios contra 18 deputados já reunidos pela CPI dos Correios.

O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da CPI dos Correios, já avisou que vai encaminhar os processos para a Presidência da Câmara. Porém, o presidente da CPI do Mensalão, senador Amir Lando (PMDB-RO), defende que os motivos de suspeição sejam avaliados por sua comissão antes de seguir para a Câmara.

Para Serraglio há provas concretas que tornam a representação por quebra de decoro “inevitável”. Todavia, ele não quis adiantar quais deputados devem ser punidos com a cassação.

O encaminhamento da lista (veja ao lado) para a Câmara servirá para “encerrar os trabalhos sobre propina feitos até agora”,

de acordo com Serraglio.

– Avançamos até onde pudemos avançar. Agora, precisamos concluir o que fizemos – afirmou Serraglio, deixando claro que não pensa em excluir um ou outro parlamentar já mencionado.

Entre os deputados que aparecem na lista, quatro já são investigados pelo Conselho de Ética: Roberto Jefferson (PTB-RJ), José Dirceu (PT-SP), Sandro Mabel (PL-GO) e Romeu Queiroz (PTB-MG).

### CPI do Mensalão não é “abafão”, reage Lando

Essa não foi a única desavença entre os dois colegiados. Na última semana, Amir Lando e outros parlamentares da CPI do Mensalão se irritaram diante de comentários de deputados da CPI dos Correios, que se referiram à primeira como “CPI do abafão” e “buraco negro”. As declarações foram atribuídas aos deputados Onyx Lorenzoni (PFL-RS) e Antonio Carlos Ma-

galhões Neto (PFL-BA).

Por isso, o presidente da CPI do Mensalão vai pedir a transcrição da última reunião da CPI dos Correios. Lando cogitou a possibilidade de denunciar os dois ao Conselho de Ética da Câmara, mas voltou atrás depois de conversar com integrantes da outra comissão.

Lando lamentou a competição entre as CPIs e disse que busca a harmonia em reuniões com o presidente e o relator da CPI dos Correios. Prova disso, exemplificou, foi a decisão de compartilhar todos os documentos que já foram requeridos pela CPI dos Correios. A divisão das apurações entre a origem e o destino dos recursos também seriam prova desse entendimento.

Conforme Serraglio, as críticas feitas durante as sessões são apenas “discurso para fazer o povo rir”. O relator da CPI do Mensalão, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), negou que sua comissão esteja “patinando”.

## Deputados se defendem das denúncias

O deputado Sandro Mabel (PL-GO) foi o único dos 18 deputados sob suspeita da CPI dos Correios que se manifestou publicamente sobre as acusações. Na última terça, Mabel foi à CPI e, chorando, argumentou que não aparece como sacador de dinheiro das contas de Marcos Valério.

Suplente da CPI dos Correios, Mabel foi acusado de oferecer R\$ 1 milhão para que a deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) se filiasse ao PL, o que ela confirmou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, onde já tramita uma representação contra Mabel.

Até a última sexta-feira, apenas três deputados enviaram a sua defesa para a CPI dos Correios, entre eles, Vadão Gomes (PP-SP). Os parlamentares notificados têm até quarta-feira para se explicar.

O relator Osmar Serraglio espera poder encaminhar os processos para a Mesa da Câmara na sexta-feira que vem. Ele ressaltou que o fato de parlamentares estarem na lista não implica a cassação do mandato.

– Quem define a cassação é o Plenário da Câmara – lembrou.

### Conselho de Ética arquiva processos contra petebistas

O Conselho de Ética decidiu arquivar por falta de provas representações contra deputados federais do PTB acusados pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto. Outro petebista, Francisco Gonçalves (MG), somente vai ser advertido por dizer que viu uma mala de dinheiro no Plenário.



Citado entre os cassáveis, o deputado Sandro Mabel chorou ao pedir que a CPI dos Correios o retire da lista

**CRISE POLÍTICA** Controladoria encaminhou documentos que apontariam superfaturamento em programa dos Correios

# Contratos podem ter fraudes bilionárias



Apesar de os ex-presidentes e ex-diretores dos Correios terem negado a existência de fraudes na estatal com a participação de políticos, a auditoria dos contratos da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) tem mostrado exatamente o contrário. A comissão técnica da CPI identificou irregularidades em contratos de compra de tênis e de computadores, enquanto a Controladoria Geral da União (CGU) apontou a possibilidade de um superfaturamento que ultrapassaria R\$ 3 bilhões no Correio Híbrido Postal (veja info).

– O resultado dessa auditoria é assustador – afirmou o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), sub-relator de contratos da CPI, garantindo que a comissão vai identificar os responsáveis pelas supostas fraudes.

O Correio Híbrido é um programa de transmissão eletrônica de boletos entre as agências postais. Esses boletos, assim, são impressos no destino, poupando custos de transporte. O consórcio vencedor, BR Postal, liderado pelo American Bank Note, que tem participação do Bradesco, assinou um contrato de R\$ 4,3

bilhões. O valor, de acordo com a Controladoria Geral, está superfaturado em 400%.

Os parlamentares receberam denúncias de que a licitação foi conduzida para beneficiar o consórcio internacional.

– Se, quando trazido a lume, o edital já venha direcionado, a licitação já nasce ocultando os fatos – alertou o relator Osmar Serraglio (PMDB-PR).

## MP também investiga a corrupção na estatal

Maurício Marinho, estopim da crise, que foi flagrado em vídeo recebendo propina, tem colaborado com o Ministério Público, que conduz as investigações em sigilo e pediu mais tempo para encaminhar resultados à CPI.

A CGU também identificou

fraudes nos contratos da Rede Postal Noturna, na compra de impressoras e nas contas de publicidade. Documentos em posse da CPI indicam que houve um aumento de 25% no valor pago às agências, inclusive a de Marcos Valério, 23 dias antes do fim do contrato, que passou de R\$ 72 milhões para R\$ 90 milhões.

A CPI dos Correios conta com a ajuda de mais de 100 técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU). A equipe está concentrada nas notas fiscais e na auditoria dos preços e dos aditamentos. O balanço apresentado pela CPI na última sexta-feira aponta sobrepreço nos serviços, realização de serviços não-comprovados, indícios de “notas frias” e deficiência na fiscalização da execução dos pagamentos.



Serraglio observa que, caso os editais beneficiem uma empresa, como a CPI investiga, a licitação já começa ocultando os fatos ilícitos

## Novas irregularidades nos Correios

A Controladoria Geral da União encaminhou à CPI dos Correios o resultado de auditorias que teriam encontrado fraudes nos seguintes contratos da estatal:

### CORREIO HÍBRIDO POSTAL

- O contrato para a transmissão eletrônica de dados entre a origem e a agência postal mais próxima do destino teria sido superfaturado em 400,77%.
- O vencedor, consórcio BR Postal, foi contratado por R\$ 4,3 bilhões, mas a CGU apurou que o serviço custaria apenas R\$ 861,8 milhões. O consórcio, de nove empresas, é liderado pelo American Bank Note.
- Para a CGU, as bases de cálculo das multas a serem cobradas do consórcio diminuíram na versão final do edital.
- Exigência de atestado de capacidade técnica restritivo, que beneficiaria o BR Postal.

### MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

- A demora no processo licitatório teria obrigado a contratação emergencial do consórcio Alpha (Positivo e Novadata) por dois meses.

- O contrato emergencial teria custado R\$ 408.348,06 a mais aos cofres públicos em relação ao preço da licitação.

### AQUISIÇÃO DE COFRES

- A empresa Fortex teria sido favorecida.
- Documento teria sido assinado por funcionário sem competência regimental e convalidado pelo superior hierárquico.
- A CGU identificou um prejuízo potencial de R\$ 690,9 mil.
- Desse total, R\$ 78,9 mil se referem ao pagamento de serviços de assistência técnica no período de garantia dos produtos, sem pesquisa.

### AQUISIÇÃO DE LACRES PARA CAIXETAS

- Diminuição injustificada da garantia de um ano para um mês.
- Demora na aplicação de multa por atraso da empresa.

Fonte: Controladoria Geral da União

## Barcelona acusou, mas não vai depor na CPI

As denúncias de que pessoas ligadas ao PT possuem dinheiro ilegal no exterior levaram membros da CPI dos Correios a São Paulo na última terça, para ouvir o autor das acusações: o doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, que cumpre 25 anos de prisão por crimes como lavagem de dinheiro.

No encontro com 16 parlamentares o doleiro acusou o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, de realizarem operações financeiras ilegais. São denúncias graves, reconheceu a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), “mas precisamos de provas”. O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), pediu cautela em relação às denúncias, para não “prejudicar inocentes”.

Barcelona também acusou os deputados José Janene (PP-PR) e José Mentor (PT-SP), com os quais teria feito negócios, mas também não deu provas para nenhuma das denúncias. O

doleiro disse que falará detalhes se conseguir algum benefício, como a redução da sentença e a garantia da sua integridade e de sua família. Ele alega sofrer ameaças desde que foi preso.

A CPI buscou ajuda da Procuradoria Geral da República para analisar o caso. O relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio (PMDB-PR), explicou que existem barreiras legais para benefícios como a delação premiada, porque o doleiro já foi condenado.

## Convocação do doleiro foi adiada

Diante das acusações, a convocação de Barcelona chegou a ser discutida, sem, porém, ser concretizada. Um dos integrantes da CPI, deputado Pompeu de Mattos (PDT-RS), declarou que Toninho da Barcelona teria afirmado que poderia “derrubar o atual governo” e “enlamear o anterior”.

No fim, prevaleceu o argumento de que é preciso cautela ao convocar um condenado pela Justiça que faz acusações sem provas.

## Acusados por doleiro negam conhecê-lo

Em resposta às acusações de Toninho da Barcelona, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, divulgou nota em que reconhece ter realizado aplicações no exterior, em 1995, mas negou que sejam ilegais.

O ministro informou que “cada uma das aplicações tem suporte em remessas devidamente registradas no Banco Central e em contratos de câmbio, conforme documentação que já foi enviada à CPI do Banestado”. No comunicado, Márcio Thomaz Bastos diz ainda que “optou por trazer, em 2002, suas aplicações financeiras para o Brasil, recolhendo

mais de R\$ 1 milhão ao fisco brasileiro”.

O deputado José Mentor (PT-SP), também citado por Barcelona, disse nunca ter visto nem conhecer o doleiro. O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, informou por meio de assessores que nunca fez remessas ilegais de dinheiro para o exterior. Da mesma forma, o deputado José Dirceu (PT-SP) garantiu que não conhece nem fez operações de câmbio com o doleiro. Na avaliação do ex-ministro da Casa Civil, Toninho da Barcelona usou seu nome para conseguir benefícios na Justiça.

## Esquema foi investigado durante a CPI do Banestado

Considerado o maior doleiro do país, Antonio Oliveira Claramunt remetia dinheiro ao exterior por meio da empresa Barcelona Tur, que rendeu ao doleiro o apelido de “Toninho da Barcelona”.

Ele foi citado no decorrer das investigações da CPI do Narcotráfico e da CPI do Banestado, que tinha como relator o deputado José Mentor (PT-SP), e terminou sem aprovar relatório. À época, de acordo com o voto em separado do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Barcelona já se valia das contas usadas para enviar recursos ilegais dos petistas, como ele disse aos parlamentares.

O doleiro também apareceu nas apurações da “máfia da funerária” que operou durante as administrações de Paulo Maluf e Celso Pitta na prefeitura de



O relator José Mentor não incluiu Barcelona em seu parecer final

São Paulo e nas denúncias de compra de sentenças e cooptação de juizes, delegados e policiais da Operação Anaconda, da Polícia Federal.

Outro doleiro que vai ser ouvido pela CPI dos Correios, Haroldo Bicalho, também foi investigado no caso Banestado.

CRISE POLÍTICA CPI do Mensalão ouve os tesoureiros do PT, PTB e PL, que confirmam a existência do caixa dois

# Delúbio admite caixa dois para campanha de Lula



O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares confirmou em depoimento à CPI do Mensalão, na quinta-feira, o acordo financeiro em que o PT repassaria R\$ 10 milhões ao PL para a coligação dos partidos na campanha presidencial de 2002. Delúbio insistiu, no entanto, na tese dos empréstimos contraídos pelo empresário Marcos Valério junto aos bancos Rural e BMG como fonte dos recursos que “ajudariam o partido a pagar suas dívidas”. Segundo Delúbio, era somente ele que autorizava os pagamentos “e ninguém mais no partido decidia sobre os empréstimos feitos pelo PT”.

Questionado pelos parlamentares sobre as garantias dadas a Marcos Valério para a concessão ao PT de empréstimo de R\$ 50 milhões, que, corrigidos, chegam a R\$ 100 milhões – total da dívida do partido com o empresário –, Delúbio

se limitou a dizer que não foi avalista e que o empresário tinha a intenção de ampliar a atuação de suas empresas na área de *marketing* político. Ele negou que tenha pedido favores ao governo para Marcos Valério e não mencionou o valor dos recursos distribuídos e o que o empresário receberia como vantagem pelos empréstimos concedidos ao PT.

## Recursos para saldar débitos de 2002 e disputar 2004

O ex-tesoureiro do PT enfatizou que “o partido nunca fez lavagem de dinheiro nem possui recursos fora do Brasil” e garantiu que “nunca houve repasse em paraísos fiscais”. Ele negou que o PT tenha comprado votos de deputados e disse que não há dinheiro público no chamado “caixa dois”, ao qual se referiu como “dinheiro não contabilizado da legenda, utilizado nas campanhas políticas”. Explicou ainda que o dinheiro repassado aos partidos da base e aos diretórios do PT era uti-

lizado para saldar débitos da eleição de 2002 e preparar a disputa eleitoral de 2004.

Apesar das respostas evasivas – o que causou bate-boca entre opositoristas e governistas –, Delúbio Soares fez questão de dizer que a campanha do presidente Lula não foi paga com os “recursos não contabilizados”. Mas, de forma contraditória, informou que parte dos débitos do PT com o publicitário Duda Mendonça referentes à campanha de 2002 foi paga com dinheiro dos empréstimos feitos por Marcos Valério.

Sob a insistência do presidente da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), e de parlamentares do PT e da oposição, o ex-dirigente petista se comprometeu a enviar à comissão, no prazo de oito dias, uma relação dos “recursos não contabilizados” do PT. A lista detalhará o valor que entrou nas contas de Marcos Valério e delas saiu em repasses para partidos políticos e parlamentares indicados por Delúbio Soares.



ANTONIO CRUZ/ABR

Tesoureiro licenciado do PT promete à CPI lista de recursos e repasses a partidos e políticos



MÁRCIA KALUME

Ex-diretor do BB afirma que Gushiken reunia-se com presidentes de fundos de pensão

## Pizzolato diz que repasse de R\$ 327 mil foi um favor

Os R\$ 327 mil sacados das contas de Marcos Valério foram repassados, a pedido de Valério, a “uma pessoa do PT” de quem não se lembra o nome. Foi essa a versão que o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, contou à CPI dos Correios. A história não convenceu os parlamentares, como Heloísa Helena (PSOL-AL), que acusou Pizzolato de “moleque de recados” do PT.

O ex-diretor também não soube explicar os critérios para os gastos do banco em publicidade e as oscilações

nas estimativas de pagamento. De acordo com o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), o orçamento da área subiu de R\$ 153 milhões em 2003 para R\$ 262 milhões em 2004, para voltar a R\$ 140 milhões em 2005, sendo que 70% desse valor foi gasto no segundo semestre.

– Não há explicação para que o banco gastasse essa fábula justamente em ano eleitoral. Até porque 70% desse valor foi executado no segundo semestre – insinuou o deputado.

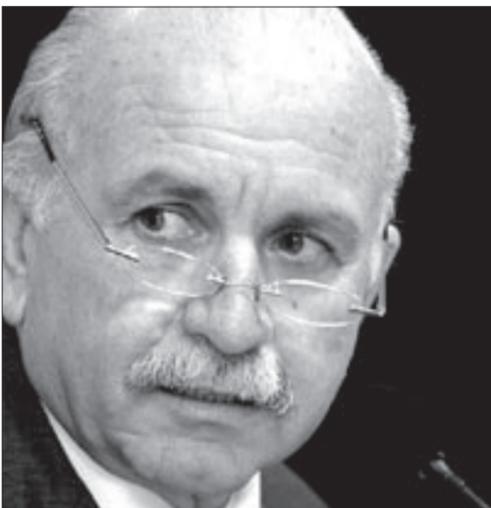
O único fato novo do depoimento

de Pizzolato foi a confirmação de que o chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Luiz Gushiken, reunia-se com os presidentes de fundos de pensão de órgãos públicos. Apesar da denúncia, Pizzolato declarou que não participava desses encontros.

O ex-diretor, buscando reafirmar sua honestidade e sua carreira pregressa, avaliou que foi “usado” no episódio.

– Estou esperando entender por que fizeram isso comigo. Sempre primei pela lisura – afirmou.

JOSÉ CRUZ



Tesoureiro do PTB contesta Valério e diz que foi enviado a Portugal para arrecadar recursos

## Palmieri repete versão de Roberto Jefferson

O tesoureiro informal do PTB, Emerson Palmieri, afirmou à CPI do Mensalão, na terça-feira, que o partido recebeu R\$ 4 milhões do PT “em dinheiro vivo das mãos de Marcos Valério, na sede do PTB”. Por ser de caixa dois, a doação foi feita ao deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) e não à legenda.

– Essa foi a primeira parcela das cinco que haviam sido prometidas pelo PT ao PTB, no valor total de R\$ 20 milhões, para a campanha conjunta de prefeitos em 2004 – explicou.

Palmieri declarou não saber o que Roberto Jefferson fez com o dinheiro, mas disse acreditar que ele não o distribuiu. O acordo para o repasse, lembrou Palmieri, foi firmado em reunião entre ele,

Roberto Jefferson, Marcos Valério, José Genoíno (ex-presidente do PT) e Delúbio Soares (ex-tesoureiro do partido). Delúbio, segundo o ex-assessor informal do PTB, informava o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu sobre as negociações para repasses do PT ao PTB.

Emerson Palmieri contestou a lista de sacadores apresentada por Marcos Valério, reconhecendo somente R\$ 545 mil dos cerca de R\$ 2,5 milhões atribuídos a saques para o PTB. Segundo Palmieri, esse valor não ficou com o PTB e foi utilizado no pagamento de serviços prestados ao partido e repassado para ajudar no tratamento de saúde da filha de Alexandre Chaves, amigo de pessoas ligadas à legenda.

## Palmieri desmente Marcos Valério sobre operação

Palmieri não foi a Portugal para relaxar, mas, por iniciativa de Jefferson, para testemunhar acordo entre Valério e a Portugal Telecom que renderia ao PT e ao PTB cerca de R\$ 24 milhões. Na empresa, ele disse que o empresário se identificou como Marcos Valério, “do PT do Brasil”, mas afirmou não ter participado da reunião com o presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta.

– Quando protestei por não ter testemunhado a negociação, Marcos Valério garantiu que “tudo estava resolvido” e que, em 20 dias, o PTB receberia sua parte, no Brasil. No entanto, nunca recebemos o dinheiro prometido – relatou.

GERALDO MAGELA



Entre risos e lágrimas, Jacinto Lamas admite na CPI que transportava dinheiro para o PL

## Lamas recebeu dinheiro vivo para Valdemar Costa

A CPI do Mensalão também ouviu o ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas, que confirmou ter recebido várias vezes recursos no Banco Rural em Brasília e em Belo Horizonte, na sede da SMP&B, empresa de Marcos Valério, para repassá-los ao presidente do PL, o ex-deputado Valdemar Costa Neto.

Em meio a acessos de riso e de choro, ele disse que não sabia as quantias exatas que transportava e negou tê-las distribuído.

Lamas relatou que recebia, no Banco Rural, pacotes de pessoas

indicadas por Valdemar Costa. Em Belo Horizonte, recebeu envelope da diretora financeira da SMP&B, Simone Vasconcelos.

Antônio Lamas, seu irmão, que trabalha no PL em Brasília, também recebeu dinheiro em nome do partido no Banco Rural.

Jacinto Lamas, que é servidor efetivo da Câmara dos Deputados, revelou que tem recebido ameaças desde que prestou depoimento à Polícia Federal, mas dispensou proteção policial oferecida pelo presidente da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO).

## Deponentes do PTB e do PL não convencem CPI

Os dois depoimentos prestados à CPI do Mensalão não foram bem-vistos pelos parlamentares. Muitos não acreditaram que Emerson Palmieri não tenha participado da reunião de Marcos Valério com o presidente da Portugal Telecom e reagiram com ironia, como José Jorge (PFL-PE), que se disse surpreso com o fato de o PTB ter pagado R\$ 11 mil para que Palmieri fosse a Portugal “só para comer bacalhau”. José Jorge pediu a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico de Palmieri, aprovada pela CPI, já que o depoente declarou gastos de R\$ 314 mil e renda mensal de cerca de R\$ 25 mil. Jacinto Lamas, funcionário da Câmara, também deverá sofrer processo administrativo.

CRISE POLÍTICA CPI dos Bingos avança nas investigações; irmão do ex-prefeito Celso Daniel também irá depor

# Cinco depoentes frente a frente



**CORRUPÇÃO**

Uma superacareação irá reunir, pela primeira vez em uma CPI no Senado, cinco depoentes de uma só vez. Diante das contradições e das acusações feitas em depoimentos no colegiado, os senadores resolveram pôr frente a frente cinco fortes personagens da CPI dos Bingos que estariam envolvidos em esquema de corrupção no contrato da multinacional Gtech com a Caixa Econômica Federal.

O ex-subchefe para Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz; o empresário de jogos Carlos Ramos – o Carlinhos Cachoeira; o consultor e advogado Rogério Buratti (preso na quarta-feira); o ex-diretor da Gtech Brasil, Marcelo Rovai, e o advogado da multinacional, Enrico Gianelli, terão de estar na CPI no dia 30 de agosto.

Os senadores também querem levar à CPI dos Bingos outros crimes que possam estar rela-

cionados a jogos, corrupção e lavagem de dinheiro no país. O colegiado aprovou requerimento para a convocação de José Francisco Daniel, irmão do ex-prefeito de Santo André (SP) assassinado em janeiro de 2002, Celso Daniel.

Segundo o senador Romeu Tuma (PFL-SP), Celso Daniel teria sido morto por ter ameaçado denunciar esquema de corrupção na prefeitura de Santo André, envolvendo empresários do setor de transporte com desvio de dinheiro para o PT.

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou requerimento para a convocação de João Archanjo Ribeiro, o "Comendador", acusado de chefear o crime organizado em Mato Grosso, preso no Uruguai e condenado a 37 anos de prisão no Brasil por autoria de diversos crimes, entre eles o de lavagem de dinheiro.

## Indiciamento e prisões tiveram início

Waldomiro e Cachoeira foram indiciados na semana passada. O primeiro por corrupção ativa



Os senadores da CPI dos Bingos esperam obter alguma verdade na acareação entre cinco pessoas

e o segundo por corrupção passiva. Já o consultor e ex-assessor do ministro Antonio Palocci, Rogério Buratti, teve prisão temporária decretada (veja página ao lado).

Com exceção de Gianelli, que deverá depor esta semana, os demais já estiveram diante dos senadores e não conseguiram responder com clareza a todos os questionamentos, optando por acusações a terceiros e faltando

com a verdade nas respostas.

Waldomiro e Buratti negam se conhecer, mas são apontados pelo ex-diretor da Gtech Brasil, Marcelo Rovai, como envolvidos em pedido de propina. De acordo com o executivo, Waldomiro impôs a contratação de um consultor para o fechamento de contrato com a CEF. O consultor seria Rogério Buratti, que teria pedido R\$ 6 milhões para garantir a renovação do contrato sobre

loterias federais.

– Já constatamos, em muitos casos, que os depoentes mentiram, transferindo responsabilidades para outros, o que não vão poder fazer agora, quando estiverem cara a cara – disse o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB). Para o parlamentar, a CPI dos Bingos já está ajudando a provocar resultados, visto a prisão e os indiciamentos realizados recentemente.

## Requerimentos aprovados

### CONVOCAÇÕES

- > Juíza da 17ª Vara Federal do Distrito Federal, Maísa Giudice;
- > José Francisco Daniel, irmão do ex-prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel;
- > José Archanjo Ribeiro, o "Comendador". Preso no Uruguai, aguarda remoção para o Brasil;
- > Manoel Tubino, Antônio Buffara de Freitas e Rafael Greca. O primeiro é ex-diretor do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), que tinha por atribuição a expedição de alvarás para funcionamento das casas de bingos; o segundo é acusado de ter fornecido, fora de suas atribuições, autorizações para casas de bingos; e o ministro dos Transportes à época, Rafael Greca, por ter conhecimento dessas irregularidades, segundo Tubino;
- > Luiz Fernando V. C. Lessa, procurador da República;
- > Herbert Reis Mesquita, delegado da Polícia Federal.

### OITIVAS PELA POLÍCIA FEDERAL

- > Pessoas ligadas a Rogério Buratti ou que o investigam: Elza Buratti, Rosângela Buratti e Renato Buratti Neto, ex-esposa, irmã e irmão, respectivamente; Luís Antonio Prado Garcia, sócio da Assessorarte, e Sebastião Sérgio da Silveira, promotor de Ribeirão Preto;
- > Pessoas que tinham contato com Waldomiro Diniz: Ana Cristina Sena, ex-chefe de gabinete de Waldomiro, e Vânia Ataídes, ex-recepcionista do 21º andar do edifício-sede da CEF;
- > Pessoas ligadas a Walter Santos Neto: Sâmia Amin Santos, ex-esposa de Walter e sócia da S. Santos Assessoria; Rodrigo Carvalho Lima e Fernando Ayres de Lima, sócios da empresa Araújo Fontes que receberam grandes somas de Santos; e Marcelo Martins Araújo e Evaldo Fontes, sócios da Araújo Fontes.

### QUEBRA DE SIGILOS BANCÁRIO, FISCAL E TELEFÔNICO

- > Marcelo Sereno, ex-assessor especial da Casa Civil e ex-secretário nacional de Comunicação do PT.
- > Juíza da 17ª Vara Federal do Distrito Federal, Maísa Giudice.

### ACAREÇÃO

- > Waldomiro Diniz, Carlos Cachoeira, Marcelo Rovai, Rogério Buratti e Enrico Gianelli (dia 30 de agosto).

### DOCUMENTOS

- > Cópia do inquérito policial, aberto pela Polícia Civil do Distrito Federal, que investiga assalto à residência do ex-vice-presidente de Logística da CEF, Mário Haag;
- > Cópia do inquérito policial, elaborado pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, do estado de São Paulo, sobre a morte do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel.

## Caixa perdeu com briga judicial

A divergência de ex-dirigentes da Caixa Econômica Federal quanto à capacidade de a empresa pública internalizar o processamento das loterias federais – serviço que vem sendo feito desde 1997 pela multinacional Gtech – foi um dos pontos altos dos depoimentos prestados à CPI dos Bingos semana passada. Os quatro depoentes convergiram sobre uma questão: a Caixa foi prejudicada na briga jurídica com a Gtech, travada desde 2000.

Segundo os dirigentes da Caixa Valderi Albuquerque, ex-presidente; Mário Haag e Paulo Bretas, ex-vice-presidentes de Logística, e Carlos Cartell, ex-superintendente de projetos especiais, todas as causas judiciais foram analisadas pela 17ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, e pela mesma juíza, Maísa Giudice, que sempre teria atendido às reclamações da Gtech, por

meio de liminares, em desfavor da Caixa.

Diante da afirmação, por diversas vezes confirmada pelos depoentes, a CPI dos Bingos aprovou a convocação da magistrada Maísa Giudice – atualmente em licença médica –, que também terá quebrados seus sigilos bancário, fiscal e telefônico.

### Disputa feroz entre os concorrentes

– Eu não concordo com o modelo de aprisionamento que a Caixa vive em relação a esse contrato com a Gtech – afirmou o ex-presidente Albuquerque, que no final do ano 2002 tentou dar início à internalização do processamento das loterias. “Nós tentamos fazer licitações, preções, mas tudo foi embargado pela Justiça a favor da Gtech, que queria fornecer o serviço completo, não aceitava o fatia-

mento”, expôs.

O ex-vice-presidente de Logística à época, Mário Haag, também defendeu a internalização do processamento das loterias, segundo ele amparado em análises técnicas. Ele também afirmou que não teria feito a renovação do contrato, em abril de 2003, por mais 25 meses, como aprovado pela nova diretoria.

– O projeto Novo Modelo Operacional de Loteria mostrou que em 42 meses seriam pagos os investimentos a serem feitos pela Caixa para assumir o processamento das loterias – disse Haag, completando que, devido à relação conflituosa, todas as reuniões realizadas com a Gtech eram gravadas. A Gtech recebia 5,75% do valor arrecadado em loterias e R\$ 0,15 por documento processado nas lotéricas. “Quanto mais acumulava a Mega-Sena, mais a Gtech ganhava”, segundo Haag.

## Comissão vai reforçar sua equipe técnica

O grande volume de documentos relacionados à corrupção e à lavagem de dinheiro por meio de jogos entregue à CPI dos Bingos levou o colegiado a reforçar a comissão técnica. Três auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) e um do Banco Central irão reforçar a equipe. Somente da multinacional Gtech, a CPI espera receber cerca de 21 mil documentos, entre eles os relativos às quebras de sigilo, fiscal e telefônico da empresa.

Segundo o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), o colegiado está trabalhando inicialmente em uma linha “não-política”, ouvindo preliminarmente os envolvidos no caso da Loteria do Estado do Rio de Janeiro

(Loterj) e do contrato da Caixa Econômica com a Gtech.

– A partir de setembro vamos ouvir José Dirceu, Benedita da Silva, Anthony e Rosinha Garotinho, entre outros – afirmou.

Nesta semana, o colegiado ouvirá Marcelo Sereno, ex-assessor especial da Casa Civil e ex-secretário nacional de Comunicação do PT, que também atuou como secretário de governo da ex-governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, em 2002.

Sereno é apontado pelo ex-secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares,

como um dos coordenadores de arrecadação de fundos para a campanha do PT nacional no Rio de Janeiro.

Na terça-feira também irá depor o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Lucas Furtado, que acompanhou inquérito sobre o caso.

Na quarta-feira serão ouvidos três ex-presidentes da CEF, Danilo de Castro, Sérgio Cutolo e Emílio Carazzai, além do atual presidente, Jorge Mattoso. Por último, na quinta-feira, será a vez de Enrico Gianelli, ex-advogado da Gtech.

**CPI ouvirá esta semana o ex-assessor da Casa Civil Marcelo Sereno**

**CRISE POLÍTICA** Preso na última quarta-feira, Rogério Buratti diz que ministro recebia R\$ 50 mil por mês de propina

# Palocci pode ser convocado por CPI



Diante das denúncias do pagamento de propina mensal pela empresa Leão & Leão a Antonio Palocci – prefeito de Ribeirão Preto entre 1993 e 1996 –, senadores começaram a se movimentar para trazer o atual ministro da Fazenda à CPI dos Bingos para explicar-se.

Segundo o relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), o ministro terá de dar explicações convincentes sobre todas as acusações feitas por seu ex-secretário municipal de governo, o advogado Rogério Buratti. Para ele, "ao Congresso Nacional cabe a responsabilidade e prerrogativa de dar resposta concreta a essa crise moral e ética que se alastra pelas instituições da República".

Antes mesmo das atuais denúncias, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) já havia apresentado requerimento para que o ministro comparecesse à CPI para manifestar-se sobre suas ligações com Buratti.

Quebra de sigilo telefônico apontou diversas ligações do advogado para a casa do ministro e para seu assessor Juscelino Dou-

rado, entre 2002 e 2004, apesar de Buratti ter dito na CPI que desde 1994 não mantinha relações freqüentes com Palocci.

O senador José Jorge (PFL-PE) disse que irá aguardar que o ministro dê explicações cabais sobre "as graves denúncias". Caso contrário, irá apresentar requerimento convocando o ministro para depor na CPI dos Bingos.

Segundo o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), Palocci tem o dever de apresentar-se. "O ministro tem que ser chamado à responsabilidade. Não podemos blindar a economia e poupar quem quer que seja."

Para o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM),

se forem confirmadas as denúncias feitas por Rogério Buratti, "o governo estará ferido de morte".

– Nós podemos dizer que o país estaria enfrentando a fase mais aguda desta crise sem precedentes na história republicana, aquela que começou com os R\$ 3 mil do senhor Marinho dos Correios e agora já ameaça a própria estabilidade da equipe econômica do governo Lula – assinalou.

Amparado por delação premiada, o advogado Buratti afirmou em depoimento a promotores de justiça de Ribeirão Preto, na

última sexta-feira, que Palocci, então prefeito do município, recebia propina de R\$ 50 mil mensais da empresa Leão & Leão, responsável pela coleta de lixo na cidade, dinheiro que era enviado ao PT. O dinheiro era repassado por seu assessor, Ralf Barquete, ao diretório nacional do PT.

Buratti teve a prisão temporária decretada na última quarta-feira, aliviada na sexta após depoimento aos promotores. Ele é acusado pelo Ministério Público de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e destruição de provas envolvendo fraudes de empresas de lixo em várias prefeituras do estado de São Paulo.

## Advogado é investigado no esquema da Gtech

Até o início da noite de sexta-feira, Buratti não havia apresentado provas documentais sobre o pagamento da propina a Palocci. O advogado também está sendo investigado em esquema de extorsão na negociação do contrato de loterias federais entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional Gtech. Buratti teria afirmado que a multinacional ofereceu propina de R\$ 16 milhões ao PT para que fosse renovado o contrato de loterias com a Caixa. Mas o negócio não teria sido fechado porque o ministro da Fazenda resolveu não participar do acordo e não modificar o contrato.



Buratti depôs durante todo o dia em Ribeirão Preto depois de conseguir o benefício da delação premiada junto aos promotores

## Bingos teriam contribuído com campanha eleitoral de Lula

O promotor Sebastião Sérgio da Silveira, que investiga a máfia do lixo em Ribeirão Preto e outras cidades de São Paulo, narrou que Buratti afirmou em depoimento que grupos de casas de bingo em São Paulo e no Rio de Janeiro contribuíram financeiramente para a campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002.

Em São Paulo teria sido arrecadado cerca de R\$ 1 milhão por Ralf Barquete dos Santos, ex-secretário de Palocci na prefeitura e ex-diretor da Caixa, morto em 2003. No Rio de Janeiro, outro R\$ 1 milhão, dessa vez levantado por Waldomiro Diniz, presidente da loteria do estado (Loterj), em 2002, e ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil.

Buratti disse que foi informado dessas arrecadações por Barquete, que também seria o responsável por repassar a propina ganha por Palocci a Delúbio Soares.

Para o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), a prisão de Buratti foi tardia. "Diante da tentativa de queima de provas criminais, sua prisão comprova que tipo de pessoa ele é", comentou. "Esperamos que continue essa punição dos envolvidos nos casos de corrupção, de forma implacável", completou.

Para Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), a prisão é lógica no caso dos que sempre mentem. "Os fatos, os documentos do Ministério Público, das polícias, da CPI demonstram os fatos que lhe são imputados."

## Antonio Palocci nega com "veemência" denúncias feitas

Em nota oficial, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, negou "com veemência a veracidade da informação de que recebeu recursos da empresa Leão & Leão" quando exercia o cargo de prefeito do município de Ribeirão Preto e de que seu ex-assessor, Ralf Barquete, também tivesse repassado tais recursos ao diretório nacional do PT, conforme informou o promotor Sebastião Sérgio da Silveira.

O ministro afirmou que recebeu contribuições em sua última campanha para a prefeitura de Ribeirão Preto da empresa Leão & Leão e de outras empresas, o que está registrado na prestação de contas apresentada ao Tribu-

nal Regional Eleitoral.

O ministro disse ainda que "a indiscrição de autoridades e o modo como foram dadas as declarações configuram total desrespeito a regras jurídicas e podem prejudicar o bom andamento das investigações". Ele lembrou que a Lei Orgânica do Ministério Público Estadual obriga os promotores a "resguardar o sigilo do conteúdo de documentos ou informações obtidas em razão do cargo ou função".

A empresa Leão & Leão também negou a propina, afirmando que as contribuições de campanha ao então candidato Palocci foram feitas legalmente e registradas na Justiça Eleitoral.

## As ligações de Buratti

**JOÃO PAULO CUNHA**  
Em 1995 atuou como assessor parlamentar do deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP), em Brasília.

**MÁFIA DO LIXO EM SÃO PAULO**  
É acusado de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e destruição de provas, envolvendo fraudes de empresas de lixo em várias prefeituras do estado de São Paulo. O caso envolve a empresa Leão & Leão, onde Buratti trabalhou de 1997 a 2004.

**JOSÉ DIRCEU**  
Atuou como assessor parlamentar do então deputado estadual José Dirceu (PT-SP), de 1987 a 1991.

**GTECH**  
É acusado pela multinacional Gtech de extorsão durante a renovação do contrato de loterias federais com a Caixa Econômica Federal, em 2003.

**MINISTRO ANTONIO PALOCCI**  
Em 1992, coordenou a campanha à prefeitura de Ribeirão Preto de Antonio Palocci (atual ministro da Fazenda) e nos dois anos seguintes foi seu secretário de governo.

**JEANY MARY CORNER**  
A cafetina, que seria organizadora de festas e que consta da lista de pagamentos autorizados por Marcos Valério, é a primeira na lista de ligações de Buratti no período de 2002 a 2004.

## Uma folha de serviços prestados ao PT

Buratti atuou como assessor parlamentar do então deputado estadual José Dirceu (PT-SP) de 1987 a 1991. Em 1992, coordenou a campanha à prefeitura de Ribeirão Preto de Antonio Palocci (atual ministro da Fazenda) e nos dois anos seguintes atuou como secretário de governo no muni-

cípio. Em 1994, foi divulgada fita em que Buratti conversava com empresário da cidade sobre a distribuição de obras. Com o escândalo, ele pediu exoneração. Foi investigado em CPI municipal e pelo Ministério Público.

Um ano depois, tornou-se assessor parlamentar de João Paulo

Cunha (PT-SP) em Brasília. No mesmo ano desfilou-se do PT. Entrou para o grupo Leão & Leão, em 1997, onde permaneceu até março de 2004, tendo chegado à posição de vice-presidente. Deixou a empresa após o envolvimento de seu nome com Waldomiro Diniz.

CRISE POLÍTICA Senadores reagem a pronunciamento de ex-presidente e cobram explicações do Planalto

# Sarney defende mandato de Lula



Em pronunciamento sobre a crise no país, o senador José Sarney (PMDB-AP) declarou “que um grande escândalo existe e que as entranhas dessa grande trama estão expostas”. Segundo ele, esta crise não é maior que as outras que já presenciou, “mas tem uma singular peculiaridade: é a primeira que tem uma fiscalização diária, o acompanhamento imediato, em tempo real”.

Conforme a avaliação do senador, não há nada, “nem de leve”, na conduta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que possa atingir seu mandato.

– Não há nenhum crime de responsabilidade. Ele [Lula] está pagando pelos erros do seu partido – afirmou.

Segundo observou, a esquerda lutou muito para conseguir seus espaços, que são essenciais à democracia.

– Não se pode pensar que por meio de uma crise se possa banir a esquerda da vida política brasileira – opinou.

Para Sarney, o Congresso é o mais atingido, pois as acusações que pesam sobre os parlamentares, disse, vão desde a inércia até o suborno para votar matérias de interesse do governo.

– Como pode o Congresso receber o respeito da opinião pública, o apoio a suas decisões e manter

a majestade da votação de suas leis se manchado pela suspeição? – indagou.

O senador fez um histórico das crises pelas quais passou o Brasil e manifestou sua tranquilidade em relação à regularidade institucional, “sem violações da ordem e da segurança”.

Depois de uma análise da história política das grandes nações do mundo, Sarney defendeu a reforma política começando com o fim da reeleição para presidente da República em 2010, “de forma a não atingir o direito adquirido na Constituição de 1988”.

Para ele, depois de cumprido seu mandato, o ex-presidente deveria se tornar membro do Conselho da República.



FOTOS: ROOSEVELT PINHEIRO

Sarney afirma que não há crime de responsabilidade e diz que o presidente Lula paga pelos erros do Partido dos Trabalhadores



Para Jereissati, Sarney errou ao defender um governo que “difundiu a corrupção a um nível jamais visto na história do país”

## Discurso gera reação em Plenário

Apesar de considerar que Sarney, em seu discurso, “ofereceu uma aula sobre a evolução da democracia e apresentou uma proposta de reforma política em profundidade”, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) criticou a defesa do governo feita pelo senador pelo Amapá.

– Dizer que estamos querendo banir a esquerda da história do Brasil não nos faz justiça – ressaltou.

O senador reconheceu que o sistema político brasileiro é imperfeito, mas observou que “esse sistema se tornou muito

mais imperfeito depois que um grupo de pessoas assumiu o poder, difundindo a corrupção a um nível jamais visto na história do país”.

– Esse sistema de corrupção foi implantado a partir do núcleo mais alto do PT e do governo federal – ressaltou.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em aparte, declarou que Sarney “não honrou seu passado de estadista” ao defender o governo do presidente Lula, “tentando enganar não só a nós [senadores], mas também ao povo brasileiro”.

– Sarney falhou com o Brasil ao dizer inverdades sobre o governo Lula, fazendo crer que este é um governo sério, quando na verdade é um governo desonesto – declarou ACM.

Para Mão Santa (PMDB-PI), a corrupção “transformou-se em um câncer”. Já Sérgio Guerra (PSDB-PE) se referiu à movimentação ilegal de recursos como uma “máquina de corrupção”. Leonel Pavan (PSDB-SC) observou que “aqueles que estão envolvidos [com a corrupção] são bandidos e não merecem a defesa de Sarney”.

## Bornhausen cobra explicações

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), cobrou respostas a perguntas dirigidas por ele ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre as denúncias de corrupção contra o PT e o governo, que estão sendo apuradas pelas CPIs. Conforme o senador, a falta de respostas de Lula permite vislumbrar até a possibilidade de seu impeachment por crime de responsabilidade.

Para Bornhausen, caso as CPIs, a Polícia Federal e o Ministério Público consigam provar a culpa das pessoas denunciadas nos processos que estão nas comissões de inquérito, o presidente da República passa a correr sério risco de ser considerado culpado pelas ações do seu governo, o que garante ao Congresso o direito de julgá-lo.

– A Constituição permite que qualquer pessoa entre com um pedido de im-

pedimento do presidente da República. Basta que se dirija com um processo à Câmara e que o presidente da Casa autorize o pedido, que precisa ser aprovado por dois terços dos votos dos deputados. A matéria é enviada ao Senado,

**“Se denúncias forem comprovadas, será pedido impeachment”**

que julga o impedimento – explicou Bornhausen. Entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) já estão defendendo essa medida, frisou o parlamentar.

Caso Lula seja impedido e também seu vice, José Alencar, o cargo de presidente da República será ocupado, por 30 dias, pelo presidente da Câmara, que deverá convocar eleições indiretas. Caso este não possa assumir, toma posse o presidente do Congresso e, por último, o presidente do Supremo Tribunal Federal, explicou Bornhausen.

## Pedida revisão das contas de 2002

Os líderes José Agripino (PFL-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) protocolaram na Procuradoria Geral da República, na quarta-feira, uma ação de investigação judicial eleitoral solicitando a reabertura das contas da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2002.

A atitude foi motivada pelas declarações que o publicitário Duda Mendonça, responsável pelo marketing do PT, deu à CPI

dos Correios. Segundo Duda Mendonça, seus serviços referentes à campanha de 2002 foram pagos com recursos de caixa dois, enviados a uma conta que teria sido aberta nas Bahamas por orientação do também publicitário Marcos Valério, suposto operador do “mensalão”.

Segundo José Agripino, se essa informação for constatada, o presidente poderá responder por crimes tributário e eleitoral, além de sonegação fiscal.

## Arthur Virgílio critica a direção da UNE

Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE) por sua manifestação, em Brasília, a favor do governo Lula e contra a corrupção. “Como criticar a corrupção e apoiar o governo que tem integrantes acusados de corrupção?” O senador questionou ainda a representatividade da direção da UNE, observando que se trata de “meia dúzia de delegados que dominam a organização”.

– A UNE está precisando de eleições

diretas – opinou.

Virgílio também criticou o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Vitória da Conquista (BA), onde inaugurou obras de eletrificação rural. O líder do PSDB completou a declaração do presidente, que disse não serem poucos “os que querem jogar a corrupção para dentro do Planalto”.

– São milhões os que querem tirar a corrupção de dentro Planalto, é a população brasileira inteira – afirmou o senador.

## Íris alerta para o risco de convulsão social

Em discurso que marcou sua volta ao Senado Federal, na quinta-feira, Íris de Araújo (PMDB-GO), suplente do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), fez um alerta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o perigo de uma convulsão social. Ela criticou a atitude do presidente de “fazer da inauguração de uma obra pública um comício apaixonado”.

A senadora relatou que visitou 120 municípios goianos e constatou que os brasileiros estão estarecidos diante das vultosas quantias envolvidas na corrupção.

## Suplicy pede que a verdade seja revelada

O comparecimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso para dialogar com deputados e senadores e dar explicações sobre as denúncias de corrupção envolvendo membros do governo e do PT foi defendido por Eduardo Suplicy (PT-SP).

O senador pediu ainda aos membros de seu partido implicados nos episódios – especialmente ao ex-tesoureiro Delúbio Soares – que contribuam para que a verdade dos fatos possa vir inteiramente à tona.

## Presidente sabia das ações do PT, diz Jefferson

A partir de declarações de petistas históricos à imprensa, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse não ter dúvidas de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabia da captação de recursos irregulares para financiar campanhas do Partido dos Trabalhadores. As evidências da culpabilidade do presidente estariam, segundo Jefferson, em declarações sobre práticas irregulares no PT feitas pelo sociólogo e ex-petista César Benjamin à TV Bandeirantes e pelo jurista e petista Hélio Bicudo à revista *Veja*.

## Tebet: Lula deve nomear culpados e pedir punição

“Qual é a responsabilidade do presidente da República nos eventos escandalosos que atingem o PT?” Para esclarecer esta interrogação que aflige o país, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu que o presidente Lula venha a público nomear os responsáveis pelos escândalos e exigir a punição severa dos culpados.

– Se não o fizer, se continuar a tergiversar, o presidente Lula estará contribuindo para expandir as suspeitas sobre seu nome – advertiu Tebet.

**CRISE POLÍTICA** Parlamentares debatem os desdobramentos, para o país, das denúncias de irregularidades

# Osmar Dias: economia está contaminada



Em nome da liderança do PDT, o senador Osmar Dias (PR) afirmou na terça-feira que a economia está sendo contaminada pela crise. Ele disse que os jornais desmentem os pronunciamentos oficiais do governo, que tenta passar que vai tudo bem com o país. De acordo com o senador, o aprofundamento das investigações revela cada vez mais o envolvimento direto do governo. Afirmou ainda que a situação atual trará reflexos profundos para a economia no ano que vem.

O senador citou notícias dos jornais do dia, que apontam queda significativa dos preços do cacau, do algodão e do café.

Além disso, enfatizou, a safra de trigo está emperrada, os produtores de arroz quebrados e o emprego e salários diminuíram na indústria em junho. Na visão de Osmar Dias, a agricultura, quando ia bem, conseguia criar emprego tanto no campo quanto na cidade, mas hoje esse setor passa por dificuldades.

Para o senador, a situação é reflexo da "absoluta falta de decisões" do governo, sem capacidade de resolver os problemas que criou. Como exemplo dessa realidade, Osmar Dias

lembrou que até hoje o Executivo não atendeu a nenhuma reivindicação do movimento dos agricultores, conhecido pelo nome de



**Governo tenta passar idéia de que tudo vai bem com o país, diz senador**

"tratoração", por terem marchado com seus tratores em Brasília em protesto contra o tratamento dado ao produtor rural.

## Simon pede papelada da CPI do Banestado

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) comunicou ao Plenário que apresentou requerimento na sexta-feira para abrir os arquivos da CPI do Banestado. O parlamentar solicita que todos os documentos daquela comissão relativos à movimentação ilegal de dinheiro de brasileiros no exterior sejam transferidos para as CPIs dos Correios e do Mensalão.

– Eu nunca vi chegarmos tão perto dos corruptores como na CPI do Banestado. Nós conseguimos, pela primeira vez, que a Justiça americana nos enviasse os dossiês de todas as contas CC-5 e das remessas fraudulentas de dólar para o exterior. Está tudo aqui, um dossiê enorme, arquivado nos porões do Senado. E a CPI do Banestado não averiguou.

O relator, o deputado do PT José Mentor, boicotou de tudo quanto é jeito, e deixou de fora do seu relatório final, que nem sequer foi votado, o Banco Rural, envolvido com operações suspeitas desde aquela época. Agora está se vendo que o senhor José Mentor era o homem do Banco Rural, que estava dentro do esquema e por isso aquela CPI não andou – comentou o senador.

Simon afirma, na justificativa do requerimento, que nos trabalhos das CPIs em funcionamento no Congresso ficou evidente que os expedientes usados nos atuais escândalos para a lavagem de dinheiro oriundo de corrupção e desvio de recursos públicos são similares àqueles investigados pela CPI do Banestado.

## Cristovam alerta para descontentamento da população

Em pronunciamento feito na tarde de quinta-feira, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) utilizou foto da primeira página do jornal *Correio Braziliense* contendo imagem de estudantes exibindo uma faixa onde se lê: "Fora Todos". O parlamentar entendeu que a frase não se aplica somente ao PT, partido que é objeto de denúncias de corrupção, mas a toda a classe política.

Para o senador, esse tipo de manifestação é crescente no continente sul-americano e demonstra a frustração das populações dos países da região com seus representantes.

– Em maio, eu adverti no Plenário sobre movimentos contrários à classe política na Venezuela, na Argentina e na Bolívia – lembrou o senador, observando que a manifestação feita por estudantes em frente ao Congresso "ainda é tímida, mas com enorme potencial de deflagração".

Ao sustentar que, na história do Brasil, nenhum partido conseguiu grandes transformações – estas, segundo ele, viriam por iniciativas pessoais ou em decorrência de movimentos –, o parlamentar cobrou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva desculpas à população, não pelo que fez o PT, "mas pelo que deixou de fazer pelo povo depois de tantas promessas de campanha".

– Onde estão as reformas agrária, da educação de base e as ações de combate à concentração de renda? – indagou, advertindo que "a paciência do povo não aceita desculpas fora de hora".

## Papaléo defende a participação popular em reforma política

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu maior participação popular na reforma política que está sendo elaborada no Congresso. Ele se disse contrário ao fato de o Legislativo tentar iniciar uma reforma "de maneira açodada", para disfarçar a crise moral pela qual passa a instituição política sem ouvir a sociedade.

– Não podemos decepcionar aqueles que representamos; não podemos ofender a sociedade civil – ressaltou Papaléo, acrescentando que "ninguém tem a autoridade para se intitular dono da verdade, tentar impor suas idéias e descartar a vontade soberana do povo".

Citando Rui Barbosa, para ressaltar que a sociedade brasileira sofre "uma crise moral", o senador defendeu uma reforma política profunda, que objetive "passar o Brasil a limpo, doa a quem doer".

– A questão não é levar em conta a biografia de quem quer que seja; o que importa, neste momento, é a dignidade, o respeito à coisa pública e a obediência ao ordenamento jurídico e, sobretudo, ao eleitor como cidadão – frisou.

Papaléo também apresentou requerimento de informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, solicitando esclarecimentos sobre as garantias reais para as emissoras de TV e rádio e outros veículos de comunicação referentes à concessão do horário eleitoral gratuito.

## CPI do Mensalão não quer apurar, diz Antonio Carlos

Uma intervenção do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), reclamando do andamento dos trabalhos da CPI do Mensalão, provocou uma discussão durante a sessão plenária do Senado na quarta-feira.

– A comissão do "mensalão" não quer apurar, pelo seu presidente [senador Amir Lando, PMDB-RO] e pela inteligência afiada do seu relator [deputado Ibrahim Abi-Ackel, PP-MG]. Está passando para debaixo do tapete as imoralidades que estão existindo – acusou o parlamentar.

O senador Sibá Machado (PT-AC) rebateu a acusação de ACM, afirmando que é membro das CPIs do Mensalão e dos Correios e que os trabalhos de ambas as comissões estão sendo conduzidos de forma isenta, tendo inclusive todos os requerimentos votados. Sibá disse, no entanto, estranhar que a imprensa divulgue documentos que sumiram da CPI dos Correios e denunciou ter sido veiculada na mídia gravação clandestina de uma reunião reservada dessa comissão.

O senador Heráclito Fortes



**Comissão coloca imoralidades debaixo do tapete, segundo o senador baiano**

(PFL-PI) considerou grave a denúncia de Sibá e pediu que ele aponte os nomes dos autores da suposta gravação e do sumiço de documentos. Já a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que, ao contrário do que disse o senador petista, os requerimentos não estão sendo votados na CPI dos Correios, da qual é membro.

Na presidência da sessão, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) comunicou que enviará ao presidente da Casa, senador Renan Calheiros, as reclamações dos senadores e o debate ocorrido.

## Ideli manifesta apoio a sistema em tempo real

Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou na quinta-feira que encaminhará ao secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, sugestão do professor Valmor Slomski, da Universidade de São Paulo (USP), para ajudar no combate a crimes de lavagem de dinheiro e sonegação de tributos. O projeto, chamado Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real, altera a forma de transferência de bens.

Com a implantação do projeto, ao ser efetuada uma venda ou uma compra, o sistema emite, via Internet, o documento para a transferência entre pessoa físicas ou jurídicas, gerando uma guia de arrecadação de imposto sobre o ganho de capital, quando for o caso.

## Mozarildo diz esperar que crise golpeie a corrupção

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse, na quinta-feira, esperar que a crise atual resulte em um golpe forte na corrupção, representando o início de um período de mais reflexão, justiça e verdade. Para o senador, a imagem do país da impunidade aos poucos deixa de corresponder à realidade.

– A punição dos culpados e a absolvição dos inocentes será uma demonstração clara e inequívoca da maturidade do nosso sistema jurídico – afirmou.

O senador citou os filósofos gregos Sócrates, Platão e Aristóteles, que já analisavam o tema corrupção. Mozarildo destacou que, para eles, uma vida pública em que a justiça e a verdade não prevaleçam é inviável.

## José Maranhão saúda declaração da CNBB

José Maranhão (PMDB-PB) manifestou apoio a declaração divulgada pelos bispos durante a 43ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunida em Itaici, interior de São Paulo. No documento, os bispos incentivam a investigação criteriosa das denúncias de corrupção, desde que "fundamentada no direito e no respeito à dignidade da pessoa".

José Maranhão leu trechos da declaração, ponderando que os bispos querem uma investigação "com serenidade", entendendo que não se pode perder a oportunidade presente para uma reforma política que favoreça os institutos da democracia.

## Efraim Morais cita Hélio Bicudo em críticas ao PT

Efraim Morais (PFL-PB) lamentou em Plenário, na quarta-feira, que a cúpula do PT tenha se afastado dos ensinamentos do jurista e petista Hélio Bicudo, que analisou a atual crise política em entrevista à revista *Veja*. – A verdade é que a índole da cúpula do PT e do governo Lula não é boa. Daí terem deixado de lado uma figura como Bicudo e optado por figuras como Delúbio Soares [ex-tesoureiro] e Sílvio "Land Rover" Pereira [ex-secretário-geral] – afirmou.

Efraim relatou, por exemplo, a crença de Hélio Bicudo, um dos fundadores do PT, de que Lula sabia como os fundos de campanha estavam sendo angariados e empregados.

## CRISE POLÍTICA



Protesto do PSOL, PSTU, PPS, PCB, PDT, Prona e estudantes exhibe boneco que compara Lula a Collor



CUT, UNE, MST, Contag e PT organizaram manifestação de apoio ao governo: não ao impeachment

## Heloísa: população deve ser ouvida sobre impeachment

Ao saudar os participantes da marcha realizada na quarta-feira, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) assegurou que o objetivo dos protestos não foi a defesa do *impeachment* do presidente Lula. Para ela, caso as investigações indiquem a necessidade de instalação de um processo de crime de responsabilidade que culmine com o afastamento do presidente da República, a população deve ser consultada sobre a antecipação de eleições.

## Renan considera precipitado falar em impedimento

O presidente do Senado, Renan Calheiros, considera precipitado falar em *impeachment* do presidente Lula. Ele disse que há uma evolução óbvia da crise política para um desfecho sem traumas para o país, pois, segundo ele, o espaço do diálogo está sendo ampliado. "Nós não vamos ter um desfecho dessa ordem", afirmou, afastando a possibilidade de impedimento do presidente da República.

– Falar em *impeachment* é precipitado. Não tivemos conclusão das investigações das CPIs ainda – destacou.

## DESARMAMENTO

## Renan vai ao TSE discutir campanha do referendo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, terá um encontro com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Mário Velloso, nesta terça-feira, para tirar dúvidas a respeito das normas editadas para as campanhas que informarão a população sobre o referendo a favor ou contra a venda de armas de fogo e munições no Brasil.

– Essa campanha é diferente porque não há candidatos, há uma causa. Precisamos aclarar tudo para não haver dúvida, para que tenhamos uma campanha do tamanho da expectativa da sociedade – enfatizou Renan, que disse ser competência do TSE decidir sobre redução ou não do tempo da propaganda gratuita nas emissoras de rádio e TV, reivindicada pelos empresários do setor.

# Manifestações na Esplanada repercutem no Plenário



A Esplanada dos Ministérios foi palco, na semana passada, de duas manifestações contra a corrupção que mobilizaram partidos, sindicatos, movimentos sociais e estudantes pró e contra o governo. Na quarta-feira, a Coordenação dos Movimentos Sociais reuniu lideranças da Central

CÉLIO AZEVEDO

**Agripino diz que UNE está recebendo mais verbas do governo federal**

dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e de outras entidades que manifestaram apoio ao governo Lula e pediram ética na política e combate à corrupção. No dia seguinte, foi a vez do protesto promovido por sindicatos e partidos, como PSOL e PSTU, com a adesão do PPS, PCB, PDT, Prona e de estudantes que fazem oposição à UNE.

As manifestações repercutiram no Senado, dividindo opiniões. O senador Cristovam Buarque (PT-DF) alertou para "o perigo" de o governo estimular, no momento em que o país enfrenta uma crise política, manifestações de apoio.

## Dirigentes de sindicatos garantem que governo não patrocinou ato

O presidente da Contag, Manoel José dos Santos, reagiu às críticas de que a manifestação pró-Lula seria "chapa branca" e garantiu que o movimento "não foi promovido pelo governo, e muito menos bancado por ele".

– Mesmo exigindo que os responsáveis por atos de corrupção sejam punidos, decidimos mostrar que o presidente Lula tem o nosso apoio. Não podemos achar que o governo todo é corrupto. Não é defendendo o *impeachment* do presidente que vamos resolver os problemas do país – afirmou o líder da Contag.

– O fato de a UNE ter ido à rua para apoiar o governo pode acirrar os ânimos e estimular a reação dos movimentos que fazem oposição ao governo Lula – advertiu o senador, para quem o ideal seria que todos aguardassem o desfecho das investigações sobre as denúncias de caixa dois em campanhas e de corrupção no governo.

Para Leonel Pavan (PSDB-SC), "o governo continua cometendo erros", e estaria patrocinando manifestações, como a da Coordenação dos Movimentos Sociais. "O governo trouxe essa multidão para dizer amém", criticou.

Já o senador José Agripino (PFL-RN) anunciou que vai requerer informações sobre a origem e o destino das verbas repassadas pelo governo à UNE. Só em julho passado a UNE recebeu cerca de R\$ 770 mil, mais do que os totais de 2003 e 2004, disse.

– Será que a UNE mudou ou estão querendo mudar o pensamento dela com recursos da União? – atacou Agripino.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou que as duas manifestações defenderam "o mais importante": a apuração das denúncias e a punição dos culpados.

João Felício, presidente da CUT, reforçou a posição da Contag e disse acreditar que "serão derrotados os parlamentares que tiverem a audácia de pedir o impedimento de Lula".

Durante a manifestação houve protestos contra a política econômica e um documento foi entregue ao presidente Lula com críticas à "política neoliberal".

O dirigente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Antônio Bosi, classificou as propostas da reforma universitária como "privatizantes".

## Deputado defende tempo da propaganda na TV

O presidente da Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa, deputado Alberto Fraga (PFL-DF), colocou sob suspeição a iniciativa de representantes de emissoras de rádio e televisão de pedir a redução do tempo (20 minutos diários) de propaganda referente à campanha sobre o referendo do desarmamento no dia 23 de outubro.

Para o deputado, o pleito pode estar

associado a uma "articulação" para restringir o acesso da população aos argumentos que legitimam o direito de qualquer cidadão de possuir uma arma, como instrumento de defesa pessoal.

– Se a sociedade for bem informada, vai mudar de opinião rapidamente – disse Fraga, referindo-se a pesquisas indicando que 80% da população pode votar pelo fim do comércio de armas.

**CRISE POLÍTICA** Criado pela Constituição de 1988, órgão de consulta sempre foi desprezado pelos presidentes

# Conselho da República nunca se reuniu



A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o presidente do PT, Tarso Genro, entre outros, já apelaram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela convocação do Conselho da República (CR) para se aconselhar sobre a atual crise política. Composto por personalidades do Executivo e Legislativo, o conselho deve se pronunciar, entre outros assuntos, sobre "questões relevantes para a estabilidade das instituições". Porém, o CR é desprezado pelos presidentes desde 1988 e nunca se reuniu.

Formalmente, o CR só pode ser convocado pelo presidente, que não é membro do colegiado, mas o responsável por formular as consultas sobre assuntos como intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio. Como nenhuma dessas figuras veio à tona desde

1988, "questões relevantes" para a estabilidade institucional tampouco foram invocadas para justificar a reunião do conselho.

O presidente da OAB, Roberto Busato, considera que a convocação do CR, ainda que de competência do presidente "não obedece apenas a seu arbítrio".

– A convocação do conselho permitirá ao presidente tomar o pulso da sociedade civil, ter a exata dimensão da crise. Seria

algo que serviria para fortalecer seu mandato – disse Busato, para quem é misterioso, até mesmo suspeito, o motivo pelo qual Lula não consulta o CR.

Já os juristas Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins consideram que o presidente analisa outra variável antes de convocar o conselho, e, por isso, não o faz.

– Poderá o presidente convocar o conselho em momento de grave crise e se estiver certo de que fortalecerá sua posição e não de que a enfraquecerá. Ocorre que, nas grandes crises, o presidente quase sempre está enfraquecido, não se justificando a convocação de um conselho que poderá debilitar ainda mais sua posição. Por essa razão, o presidente Collor, no fim de seu mandato, não convocou

o conselho – afirmam os juristas no livro *Comentários à Constituição do Brasil*.

Prova disso é que o conselho somente teve todos os integrantes empossados no governo do presidente Itamar Franco, em 1994. Desde então, só este ano o CR voltou a estar completo (veja quadro).

Fernando Henrique Cardoso deu posse apenas ao jurista Evandro Lins e Silva duas semanas antes de entregar o cargo a Lula. Desgraçadamente, foi na volta do evento que Lins e Silva escorregou no saguão do aeroporto e bateu a cabeça no chão, o que o levou à morte no dia 17 daquele mês.



Lula durante a posse do senador Alberto Silva em abril passado: "Chamem a atenção do presidente"

WILSON DIAS/ABR

## Para juristas, convocação do conselho pode enfraquecer o presidente

## Sarney, Mozarildo e Maciel querem alterar composição

Em discurso na última semana, o senador José Sarney (PMDB-PA) defendeu a reforma do Conselho da República de maneira que os ex-presidentes integrem sua composição. Essa seria parte de uma proposta maior do senador, pela qual a reeleição seria extinta e ex-presidentes ficariam impedidos de ocupar outros cargos eletivos.

Como a sugestão de Sarney, existem duas propostas de emenda à Constituição (PECs) no Senado alterando a composição do conselho. Apresentada em maio passado, a PEC 20/05, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), inclui os ex-presidentes entre os membros do conselho, com exceção daqueles destituídos do cargo.

– Não se pode deixar de aproveitar os talentos dos ex-

presidentes e a contribuição que estão sempre prontos a dedicar ao Brasil – argumenta Mozarildo em favor da PEC relatada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Já o senador Marco Maciel (PFL-PE) critica a falta de representantes do Judiciário no conselho. Assim, apresentou a PEC 88/03 para que o presidente do Supremo Tribunal Federal faça parte do colegiado. Maciel ainda propõe que cinco governadores, um de cada região, passem a integrá-lo.

– Pela relevância do órgão, não se pode prescindir da colaboração dos representantes máximos do Judiciário e dos estados federados – concorda Tasso Jereissati (PSDB-CE), que deu parecer favorável na CCJ.

## Lula diz que conselheiro não deve exigir reunião

Em dezembro de 2004, na posse dos conselheiros Paulo Brossard e Roberto Balestra, Lula disse que a omissão dos membros do Conselho da República seria "muito mais grave" que a defesa da convocação do órgão.

– Gostaria que os conselheiros, quando identificarem um problema relevante para discutir, que chamassem a atenção do presidente para convocar o conselho na busca de soluções para os problemas. Qualquer membro do conselho tem o direito, a obrigação de tomar a iniciativa, de propor as reuniões. O descumprimento da função de conselheiro seria se percebessem algo que não está ocorrendo corretamente e que terá um grave resultado se vocês se omitissem – disse Lula, admitindo que "muitas vezes o problema pode ser tão grande que o presidente não consegue enxergá-lo".

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) anunciou que vai atender o pedido feito por Lula, ao solicitar que os conselheiros estejam sempre presentes ao Planalto. Esta semana ele vai consultar companheiros de conselho que são parlamentares e convidá-los a pedir um encontro com o presidente para "trocar idéias" que possam levar o governo a reforçar a estabilidade das instituições.

Entre essas idéias, o senador incluiu a criação de uma nova estatal, a Biobras, responsável pela organização da produção de combustíveis derivados da biomassa, como o biodiesel de plantas oleaginosas. O projeto, afirmou Alberto Silva, é estratégico para colocar o Brasil à frente dessa indústria e gerar empregos no campo.

## Para conselheiros, consulta seria benéfica

Dois conselheiros ouvidos pelo **Jornal do Senado**, o senador José Jorge (PFL-PE) e o deputado Edmar Moreira (PL-MG), consideram que a consulta ao Conselho da República seria importante neste momento.

Líder da minoria, José Jorge acredita que Lula deveria convocar o conselho logo, pois as instituições, principalmente o Executivo e o Legislativo, estão instáveis, invadidas pela corrupção. José Jorge disse que, caso seja convocado, ouvirá os líderes dos partidos de oposição (PFL, PSDB, PDT e PSOL) para representar a todos no CR.

– O presidente precisa governar mais em vez de viajar e falar bobagem – aconselhou.

Edmar Moreira, eleito duas vezes na Câmara para o conselho, considera que a competência para discernir sobre a convocação do CR é do presidente.

– É uma decisão de foro íntimo. A instituição não seria uma varinha de condão para resolver a crise, mas somaria e teria efeito político e psicológico positivo. Seria interessante a convocação – declarou, negando que o agradecimento que fez aos "amigos" e então líderes partidários na Câmara, Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Valdemar Costa Neto (PL-SP), na sua eleição, comprometa sua atuação como conselheiro.

– Devo a minha eleição pelos meus colegas a meu comportamento e a minha seriedade nas minhas funções – asseverou.



<sup>1</sup> Tem mandato de três anos, vedada a recondução.  
<sup>2</sup> Empossado em 10 de março de 2004.  
<sup>3</sup> Empossado em 28 de dezembro de 2004.  
<sup>4</sup> Empossado em 5 de abril de 2005.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

## ORÇAMENTO

# Votação da LDO fica para quarta-feira

Depois de vencer todas as barreiras que atrasaram por quase dois meses a sua votação, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não conseguiu ultrapassar a ameaça de pedido de verificação de quórum na sessão do Congresso, ensaiada na quinta-feira pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em nome da governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus.

O presidente do Congresso, Renan Calheiros, adiou a sessão para esta quarta-feira, às 11h, e anunciou que antes reunirá os líderes para "contornar as dificuldades" em torno da LDO. Se depender da bancada fluminense ligada a Anthony Garotinho, essas dificuldades terão que ser resolvidas pelo governo: ou mobilizando sua base aliada no Congresso para garantir quórum ou resolvendo pendência do metrô carioca.

Cunha, que já protagonizou manobra semelhante em 2004 durante a votação do projeto da Lei Orçamentária Anual, qualificou sua ameaça de protesto contra a área econômica do governo. Ele contou que, por um acordo com o ex-presidente do BNDES Carlos Lessa, as dívidas herdadas da administração petista de Benedita da Silva foram renegociadas.

O governo do Rio tornou-se adimplente, continuou Cunha, pa-

gando 20 parcelas mensais de R\$ 13 mil cada uma. Em contrapartida, obteve empréstimo para tocar as obras do metrô, no valor de R\$ 8 milhões mensais. Segundo o deputado, há seis meses as liberações foram interrompidas porque o Tesouro Nacional não reconhece o acordo feito com Lessa.

O Banco Central incluiu o governo fluminense no Cadastro de Controle de Crédito do Setor Público (Cadip) como inadimplente. "Sou testemunha de que o secretário do Tesouro, Joaquim Levy, conhecia o acordo", protestou Cunha. Ele informou que só desistirá de pedir verificação de presença se o Rio for retirado do Cadip.

- Não há nada que eu possa fazer sobre esse caso - lamentou o relator da LDO, deputado Gilmar Machado (PT-

MG). Seu empenho foi costurar um acordo com a bancada ruralista e garantir reajuste do funcionalismo, enfrentando inclusive objeções da área econômica.

Outra questão importante para viabilizar a votação do substitutivo na Comissão Mista de Orçamento, na semana passada, foi a garantia de que as emendas individuais não serão contingenciadas, atendendo a antigo pleito dos parlamentares. O relator informou que há entendimentos com os ministérios do Planejamento e da Fazenda para regularizar o fluxo de liberação das emendas.

**Exame da lei foi adiado para evitar pedido de verificação de quórum**



Renan (E), ao lado de Fernando Bezerra, busca entendimento para votação da lei pelo Congresso

## As últimas mudanças no substitutivo à LDO de 2006

- as receitas próprias e vinculadas das agências reguladoras não poderão ser bloqueadas pelo governo para ajudar a compor o superávit fiscal; o relator recomendará o veto presidencial a este dispositivo assegurado em destaque aprovado na Comissão de Orçamento;

- o governo não poderá contingenciar recursos para obras hídricas no semi-árido, conforme destaque aceito pelo relator; substitutivo também garante o cumprimento das emendas individuais;

- mantido dispositivo, apesar da objeção da área econômica, que garante a previsão orçamentária dos gastos decorrentes do alongamento das dívidas rurais, no caso de aprovação de legislação específica; atualmente há dois projetos tramitando na Câmara, um deles de autoria

do deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), que prevê, por exemplo, prorrogar por mais um ano, ou seja, até 2006, os contratos de securitização, incluindo dívidas vencidas até 2004 e a parcela de 2005;

- reajuste linear do funcionalismo - estimado entre 1,6% e 1,8%, com base no aumento real do PIB *per capita* de 2005, e resultado de acordo no Congresso e rejeitado pela área econômica - permanece na última versão do substitutivo;

- as receitas "atípicas" não serão incluídas no teto de 16% do PIB (compromisso para conter a arrecadação administrada pelo fisco) e formarão reserva específica a ser usada para gastos, como o aumento dos militares e dos servidores civis e desonerações como as instituídas na MP do Bem.

## Governo poderá gastar em 2006 mesmo sem aprovação do Orçamento

Para se prevenir de possíveis atrasos na votação do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2006, o governo conseguiu emplacar no substitutivo da LDO aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) o retorno da regra que assegura liberações mensais no caso de o Congresso não aprovar o Orçamento até o fim do ano.

O deputado Gilmar Machado, relator da LDO, só não conseguiu incluir os recursos destinados a investimentos porque, na última hora, a oposição vetou essa possibilidade. As demais despesas do governo, consideradas de "caráter inadiável e relevante" (e não só as obrigatórias, como já prevê a LDO deste ano), poderão ser executadas mesmo sem lei.

Volta a regra de autorizar o governo a usar um doze avos das dotações previstas na proposta orçamentária, multiplicado pelos meses decorridos até a sanção presidencial da lei.

Esse dispositivo, na avaliação do relator, evita amarrar o governo a manobras políticas que venham a ocorrer no Congresso, a exemplo do que está

acontecendo com a própria LDO. Depois de ter sido usada para impedir o recesso parlamentar em julho, tornou-se instrumento da bancada fluminense para resolver problemas daquele estado com a União.

Muitos integrantes da CMO defendem mudança no regimento, para impedir que um único parlamentar derrube a sessão do

Congresso e atrase a deliberação de matérias orçamentárias. Na sessão desta quarta-feira, além da LDO, há acordo entre os líderes partidários para votar três créditos adicionais ao Orçamento deste ano, sendo um deles no valor de R\$ 250 milhões, dos quais R\$ 125 milhões são destinados a reforçar os recursos para a merenda escolar.

## RIZICULTURA



Sérgio Guerra e Flávio Arns (C), presidente e vice da CRA, durante audiência pública

## Produtores reclamam da importação de arroz

O Brasil é auto-suficiente na produção de arroz, mas a importação anual de 700 mil toneladas do Uruguai e da Argentina vem gerando excedente no mercado interno que, além de desestabilizar os preços, prejudica sobretudo os produtores do Rio Grande do Sul - estado que responde por mais de 50% da produção nacional, que é de 13,3 milhões de toneladas. A análise foi feita na quarta-feira pelo presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Speroto, em audiência promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) que discutiu a crise vivida pelo setor.

Os produtores reivindicam o fim das vantagens tributárias para as importações de arroz, além da adoção de salvaguardas para o grão nacional e da definição de cotas de importação. Eles

também pedem a concessão de incentivos à exportação do arroz e apoio à comercialização dos grãos por meio das Aquisições do Governo Federal (AGFs) e dos Leilões de Opções Públicas. Os produtores solicitam ainda liberação para aquisição de insumos agrícolas do Mercosul, a repactuação de dívidas e a ampliação das linhas de crédito.

O debate contou com a participação do vice-presidente do Instituto Rio Grandense do Arroz, Marco Aurélio Tavares, e do vice-presidente da Federação de Arrozeiros do Rio Grande do Sul, Juarez Petry de Souza. Estiveram presentes ainda José Maria dos Anjos e o embaixador José Antônio de Carvalho, representantes dos ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores, além de Ronaldo Lázaro Medina, pela Receita Federal.

REFORMA URBANA Apesar da legislação existente, o Brasil não consegue acabar com o déficit habitacional

# Direito à moradia ainda está no papel

A 26ª emenda à Constituição incluiu, em 2000, a moradia como direito fundamental do cidadão brasileiro. Porém, esse e tantos outros preceitos constitucionais continuam sendo desrespeitados ou ignorados. Segundo dados divulgados pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, o déficit habitacional no país chega a 7,7 milhões de moradias, dos quais 5,5 milhões nos centros urbanos. Se a esses números forem adicionadas as moradias inadequadas (sem a necessária infra-estrutura), o volume atinge entre 12,7 e 13 milhões. E o mais grave: 92% do déficit se concentram entre os mais pobres.

Esse cenário levou parlamentares de todos os partidos a bus-

carem mudanças na legislação, para possibilitar a resolução do problema. Não faltam projetos tratando de temas que vão desde novas regras para os parcelamentos de solo urbano até a criação de programas mais amplos para saneamento básico e infra-estrutura.

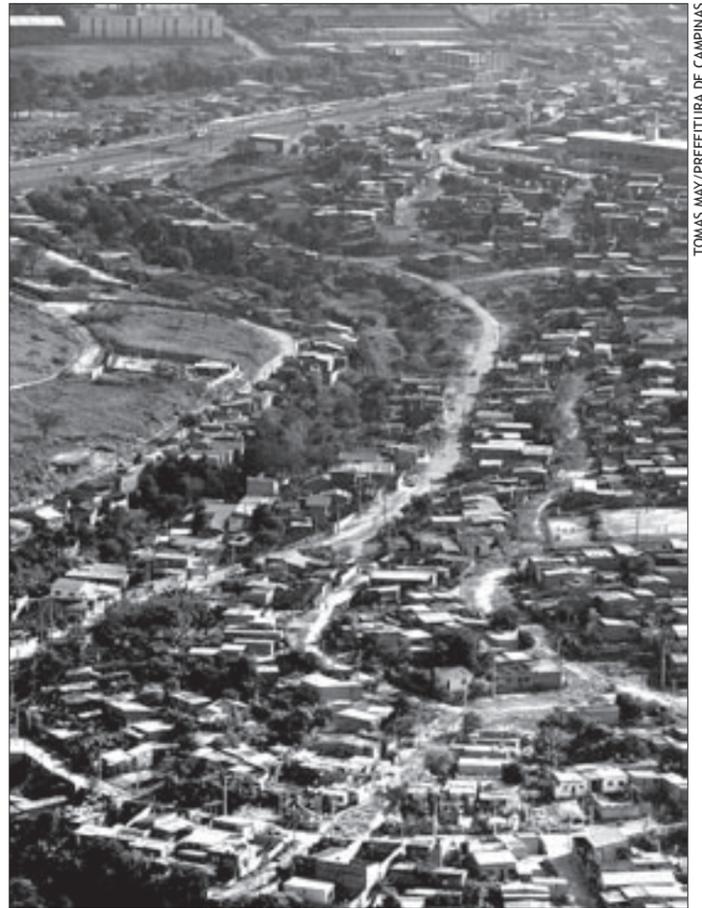
## Movimentos sociais pressionam pela regulamentação da Lei 11.124

Em junho passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.124, que criou o Fundo e o Conselho Nacional de Habitação de Interesse Social, considerada "etapa essencial para a solução do problema" pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, formado por duas dezenas de entidades e organizações da sociedade. Trata-se da primeira lei resultante de um projeto de iniciativa popular. Apresentado em 1991, com mais de 1 milhão

de assinaturas, tramitou durante 13 anos na Câmara dos Deputados e foi apreciado e votado pelo Senado em 45 dias.

A imediata regulamentação da lei, aliás, foi uma das principais reivindicações da Marcha Nacional pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade, que esteve durante dois dias em Brasília, na semana passada. Os movimentos querem ainda que o governo invista mais no acesso à moradia e na qualidade de vida das cidades, o que inclui saneamento básico, transporte urbano eficiente e barato, e acesso ao trabalho e ao lazer.

O governo federal diz estar cumprindo a sua parte. Em 2004, o orçamento para a área de habitação foi de R\$ 7,4 bilhões (40% superior ao ano anterior) e, neste ano, o Ministério das Cidades deverá investir R\$ 11,1 bilhões.



Parque Oziel, loteamento irregular de 40 mil habitantes em Campinas, é um dos exemplos do problema de moradia no país

TOMAS MAY/PREFEITURA DE CAMPINAS

## Nova lei vem resgatar dívida social

Aprovado unanimemente em junho pelo Senado e sancionado logo em seguida pelo presidente da República, o projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social é apontado, por diversos senadores, como um passo largo no sentido de resgatar a dívida social representada pela carência de moradias no país. Relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) destacou que a lei dá ênfase à integração entre os municípios, estados e União, possibilitando a implantação de programas de largo alcance social.

Relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) disse que, agora, o Brasil conta novamente com um sistema de habitação popular, primeiro passo do governo federal na resposta contra o déficit habitacional.

- A sociedade brasileira tem um déficit com o povo mais humilde, aqueles que ganham até três salários mínimos - observou o senador.

Ao classificar como "outro desastre" a política habitacional do governo, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lembra que apresentou, este ano, projeto para facilitar a compra da casa própria pelos que não têm onde morar. Ele também é autor de propostas que visam minimizar os efeitos das taxas de juros cobradas pelo Sistema Financeiro de Habitação.

## Desafio é assegurar recursos para fundo

Para Regina Ferreira, assessora do programa Direito à Cidade, da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), uma das entidades coordenadoras do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), a crise habitacional no Brasil abrange dois aspectos básicos: a moradia popular para famílias de baixa renda e a moradia de mercado. O problema vem de décadas, decorrência da falta de políticas públicas adequadas.

- O principal desafio é garantir os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que deverão vir basicamente do Orçamento Geral da União e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS). A regulamentação do fundo deve ser amplamente debatida com a sociedade, a exemplo do que ocorreu com a política nacional de saneamento ambiental - defende Regina.

Parte da culpa pelo déficit habitacional cabe ao modelo brasileiro de urbanização, que produziu cidades marcadas pela irregularidade fundiária e pela lógica de mercado, que condena famílias mais pobres às favelas, cortiços, loteamentos clandestinos e ocupações ilegais. Nesses locais, as graves deficiências de serviços e equipamentos urbanos de educação, saúde, saneamento ambiental, transporte e tantos outros apenas acentuam o abismo social.

O Ministério das Cidades destaca adoção, desde 2003, de uma série de medidas para reduzir a falta de moradias, com prioridade para as famílias cuja renda não chega a cinco salários mínimos mensais. A primeira delas é tentar aperfeiçoar os

programas já existentes - como o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social, o Programa de Arrendamento Residencial, o Programa Especial de Habitação Popular, o Programa Habitar Brasil/BID e o Programa de Crédito Solidário.

## Investidores estão sendo estimulados a usar recursos da poupança

Os investidores também estão sendo estimulados a usar os recursos do sistema brasileiro de poupança-empréstimo na construção de moradias para baixa renda. Por decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN), a remuneração aumenta ou diminui se o investidor decide não aplicar até o patamar de 65% no mercado imobiliário. Iniciativas como essas levaram à expansão do crédito para financiamentos habitacionais voltados também à classe média.

## Prefeituras têm que implementar Estatuto da Cidade

Aprovado em 2001, o Estatuto da Cidade é outra lei considerada muito importante para enfrentar o déficit habitacional e dar ao país condições de promover uma reforma urbana. Pela lei, 1.740 municípios deverão, até 2006, elaborar ou revisar seus planos diretores de ocupação territorial, instrumentos cuja aplicação pode ser fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população. Por isso, a implementação da lei depende muito das prefeituras.

- A sociedade tem que exercer pressão sobre esses governos, cobrando para que a propriedade e a cidade cumpram a sua função social, de modo a assegurar o acesso à moradia, ao transporte, ao trabalho, à educação e ao lazer a toda a população - afirma Regina Ferreira, assessora da Fase.

Além de reivindicar a garantia de financiamentos para o setor, a especialista acha fundamental implantar o Sistema Nacional de Cidades, com a criação de novas instâncias regionais e metropolitanas, tema que consta da pauta da 2ª Conferência Nacional das Cidades, agendada para dezembro deste ano.

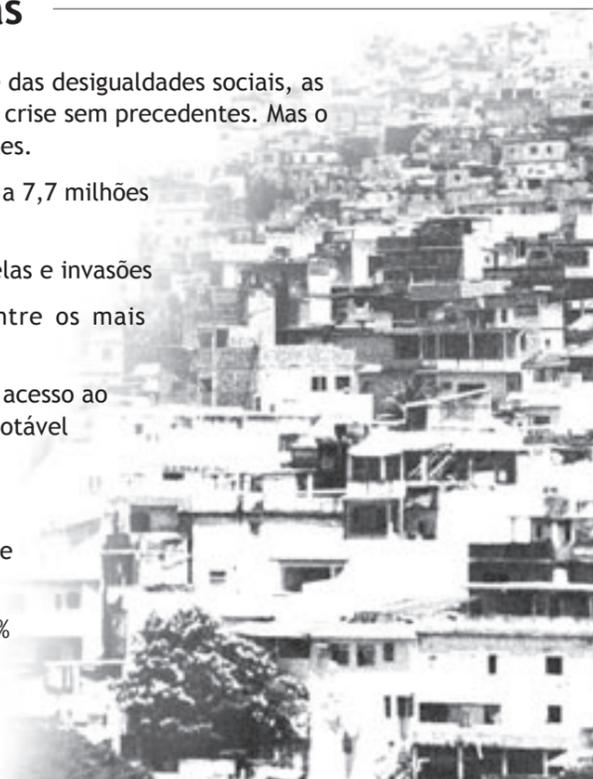
A lei que criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social mostra que política habitacional não é apenas construir casas, mas também urbanizar favelas, remanejar cortiços, oferecer loteamentos populares e dotá-los de infra-estrutura necessária.

Como parte dessa estratégia, o governo federal enviou à Câmara dos Deputados, em maio passado, projeto de lei que estabelece as diretrizes e a política nacional de saneamento básico, que tem como metas universalizar o atendimento e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

## Cenário de problemas

Vítimas do crescimento desordenado e das desigualdades sociais, as grandes cidades brasileiras vivem uma crise sem precedentes. Mas o problema não se restringe às metrópoles.

- o déficit habitacional no país chega a 7,7 milhões de moradias
- 5 milhões de pessoas vivem em favelas e invasões
- 92% do déficit se concentram entre os mais pobres
- 45 milhões de pessoas não possuem acesso ao serviço de abastecimento de água potável
- 83 milhões não têm esgoto sanitário
- 14 milhões não dispõem de coleta de lixo.
- no Norte e no Nordeste, mais de 50% dos moradores das áreas urbanas não têm acesso a serviços de água, esgoto e coleta de lixo.



Fontes: Ministério das Cidades e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

## PLENÁRIO

# Remédios poderão ter rótulos em braile

Os rótulos de medicamentos poderão ter inscrições em braile. O Plenário aprovou substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 54/01) que obriga a inscrição em braile do nome e da data de validade na rotulagem de remédios. A proposta altera a Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos. De autoria do então deputado Fernando Zuppo, a matéria foi relatada pelo senador Flávio Arns (PT-PR) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Depois de analisada

em turno suplementar, a matéria deve voltar à Câmara dos Deputados, pois sofreu alteração no Senado.

Segundo Flávio Arns, a proposição visa reduzir o risco de intoxicação de deficientes visuais em razão de não poderem identificar adequadamente os produtos. Como o projeto original estabelecia a inscrição em braile apenas para o rótulo dos remédios, o relator apresentou substitutivo exigindo que também a data de validade



Flávio Arns é autor da emenda que inclui a inscrição em braile da data de validade

deve ter inscrição em braile, por ser uma informação essencial ao consumidor.

CÉLIO AZEVEDO

## Salário de domésticos sem desconto

O Plenário do Senado aprovou o projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 13/05) que veda ao empregador efetuar qualquer desconto nos vencimentos do empregado doméstico que não seja a parcela do trabalhador na contribuição à Previdência Social ou adiantamento de salário. A proposta também desobriga o empregado doméstico de apresentar "atestado de boa conduta" ao empregador, ao mesmo tempo em que inclui o número de inscrição do empregado na Previdência Social como exigência para sua admissão.

O relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Marcelo Crivella (PL-RJ), apresentou texto substitutivo ao projeto original, de autoria do deputado Luiz Alberto (PT-BA). Conforme o relator, a simples apresentação da

carteira de trabalho não assegura o acesso aos benefícios previdenciários, o que exige o número de inscrição na Previdência. A proposta visa ainda, segundo o relatório, evitar a burla por parte dos empregadores, ao alegar desconto de itens como alimentação, produtos de higiene e moradia, para reduzir o salário efetivo dos domésticos.

O texto substitutivo seguiu para a Mesa do Senado, que fará a redação final a ser votada em turno suplementar. Esse turno é necessário para que os senadores apresentem emendas com o objetivo de melhorar o novo texto. Se não houver emendas, a matéria será considerada automaticamente aprovada e seguirá para o reexame dos deputados. A proposta altera a Lei 5.859, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico.

## Intoxicação por agrotóxico deverá ser comunicada

Projeto de lei que determina que os casos de intoxicação por agrotóxicos sejam obrigatoriamente comunicados às autoridades sanitárias foi aprovado pelo Plenário. Também foi acatada proposta segundo a qual devem ser depositadas nos acervos das unidades de conservação as cópias das pesquisas científicas nelas realizadas. Ambas as matérias receberam emendas, por isso voltarão à Câmara para reexame pelos deputados.

O projeto de lei da Câmara (PLC 14/04) estabelece a notificação compulsória às autoridades sanitárias de todos os casos, suspeitos ou confirmados, de intoxicação por agrotóxicos. Na justificativa da proposta, seu autor, o deputado federal Dr.

Rosinha (PT-PR), explicou que a comunicação obrigatória seria um "instrumento fundamental" para que o país possa criar um sistema de vigilância epidemiológica capaz de tomar medidas concretas e imediatas para controlar esse problema, que afeta milhões de trabalhadores. A relatora na Comissão de Assuntos Sociais foi a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), em substituição ao relator original, senador Tião Viana (PT-AC).

O outro projeto aprovado na mesma sessão do Senado (PLC 65/04), de autoria do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), recebeu emendas do senador licenciado Jonas Pinheiro (PFL-MT) e prevê o depósito, "no acervo da unidade de conservação,



Ideli Salvatti assume a relatoria do projeto na CAS e defende a sua aprovação

de cópia impressa, fotográfica ou audiovisual de toda e qualquer pesquisa científica nela realizada".

O Plenário também começou a discutir o projeto de lei do Senado (PLS 162/04) que trata da atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em unidades de conservação da natureza.

GERALDO MAGELA

## Salário mínimo de R\$ 300 agora é lei

Depois de toda a polêmica em torno de sua votação, o salário mínimo de R\$ 300 transformou-se na Lei 11.164/05. O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou ao Plenário que as Mesas do Senado e da Câmara promulgaram a MP 248/05.

O exame do salário mínimo no Congresso foi tumultuado nas duas Casas. Na Câmara, uma elevação para R\$ 370 acabou sendo corrigida pelos próprios deputados. No Senado, o PSDB e o PFL, com o apoio de senadores de outros partidos, aumentaram os R\$ 300 para R\$ 384,28,

valor rejeitado pela Câmara na quarta-feira em outra votação tumultuada.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), autor da emenda com o aumento, criticou o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE). "Ele ameaçou levar para o Conselho de Ética os deputados que reclamaram", disse.

Na sexta-feira, o senador Paulo Paim (PT-RS) reiterou que o Legislativo, por meio de comissão mista, precisa definir uma política permanente de reajuste do mínimo que englobe aposentados e pensionistas.

## Casa da Moeda passará por auditoria do TCU

A pedido de Alvaro Dias (PSDB-PR), o Tribunal de Contas da União deverá fazer auditoria na Casa da Moeda do Brasil. Ele baseou-se em denúncias contra o ex-presidente Manoel Severino dos Santos, acusado de integrar esquema irregular de obtenção de recursos para campanhas do PT.

As relações entre governo e organizações não-governamentais são objeto de dois outros requerimentos aprovados, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Já Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) conseguiu adiar a discussão de projeto (PLC 66/04) que limita aos médicos a prescrição de esteróides.

## Motorista pode recorrer contra multa de radar antes de pagá-la

Motoristas profissionais de transporte de passageiros ou de cargas poderão interpor recurso contra multas de trânsito derivadas de leitura eletrônica de equipamentos, antes de pagar as infrações ou de os valores serem descontados em seus contracheques. É o que prevê projeto de lei da Câmara (PLC 96/01), do então deputado Pedro Celso (PT-DF), aprovado pelo Plenário. O relator na CCJ, senador Jefferson Péres (PDT-AM), acolheu como relatório o voto em separado do senador Sibá Machado (PT-AC). Assim, a proposta volta à Câmara. Ao apresentar o projeto, Pedro Celso disse que os donos de frotas costumam transferir o custo de multas indevidas aos funcionários. "Esses empresários, podendo interpor recurso contra as penalidades, têm deixado de fazê-lo, preferindo onerar diretamente os motoristas".

## Transferência de cotas conclui extinção de serviço aéreo

O Plenário aprovou projeto de lei (PLC 82/03) que autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitais Conceição Ltda. (SAE). A matéria segue agora para sanção presidencial. De acordo com o relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), o objetivo do projeto é obter autorização legislativa para a doação das 100 mil cotas da SAE para a União e formalizar a extinção da empresa. A SAE, em liquidação, atuava no transporte aéreo de doentes e de medicamentos e serviços correlatos. Seu capital social é distribuído: 100 mil cotas pertencentes à União; 300 mil do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.; e 300 mil do Hospital Cristo Redentor.

**FLORESTAS PÚBLICAS** - O projeto de lei que regulamenta o uso sustentável das florestas brasileiras (PLC 62/05) vai tramitar em regime de urgência constitucional, com prazo determinado de 45 dias. A proposta, cujo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) é o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), poderá receber emendas pelo prazo único de cinco dias úteis perante a comissão.

**EMBAIXADORES** - Várias indicações de embaixadores feitas pelo governo foram aprovadas pelo Plenário. Todos os nomes haviam sido acolhidos anteriormente pela Comissão de Relações Exteriores. Apesar de alguns votos contrários em cada nomeação, a aprovação foi tranquila, sem contestações. Muitos dos nomeados acumularão embaixadas em mais de um país.

**BANCO SANTOS** - Foi aprovado pelo Plenário requerimento do senador César Borges (PFL-BA) solicitando ao Ministério da Fazenda a relação de todas as entidades públicas federais que possuíam dinheiro depositado no Banco Santos, bem como seus montantes, prazos de aplicação e taxas de remuneração. O pedido foi motivado pela decisão do Banco Central, em novembro do ano passado, de intervir no Banco Santos e na sua corretora de câmbio e valores.

**LICENÇA** - O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou requerimento ao Plenário, na semana passada, solicitando licença de 120 dias para tratamento de saúde e resolver assuntos de interesse particular. Assume o seu lugar nesse período a primeira suplente, Íris Araújo, também do PMDB. O parlamentar goiano exercia atualmente, entre outras funções, a vice-presidência da CPI Mista dos Correios.

**UNIVERSIDADE** - Foi autorizada a criação da Universidade Federal do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares, conforme projeto aprovado (PLS 16/05) na terça-feira. Outro projeto acolhido (PLC 31/05) instituiu o Dia Nacional de Combate à Pobreza, encaminhado à sanção presidencial. Já de acordo com o PLC 83/04, a BR-392 passará a ser denominada Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco, que se estende de Pelotas a Rio Grande (RS).

## COMISSÕES

# Língua de sinais será obrigatória nas escolas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na última quinta-feira parecer favorável a projeto de lei da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) que inclui, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todas as etapas e modalidades da educação básica (PLS 180/04). A medida deverá vigorar nas redes pública e privada de ensino, conforme emenda apresentada pelo relator da matéria, senador Cristovam Buarque (PT-DF). A proposição será agora analisada pela Comissão de Educação (CE).

Na avaliação do relator, a elaboração e a divulgação da Li-

bras favoreceram a construção do conhecimento, da comunicação, da personalidade e da cultura das pessoas surdas. Segundo ele, o direito dos surdos de participar da cidadania efetiva-se com o reconhecimento do dever da sociedade de propiciar intérpretes em Libras.

– Essa conquista tem que ser incorporada ao currículo escolar desde a mais tenra idade, não somente para assegurar o progresso dos surdos na aquisição de conhecimentos e habilidades, como também para criar uma cultura de multilingüismo, que conduzirá à superação dos preconceitos e à garantia dos direitos dessa e de outras minorias – justificou

Cristovam Buarque.

## Compra com FGTS poderá ser ampliada

A CAS também aprovou parecer favorável a duas emendas da Câmara ao projeto de lei que permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra da casa própria em qualquer sistema de financiamento (PLS 586/99).

Segundo o relator da proposição, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o projeto permitirá que o trabalhador utilize os créditos livremente em programas de financiamento de bancos privados e cooperativas que tenham sido autorizados pelo poder público.



Mozarildo (E) e Valdir Raupp foram eleitos presidente e vice da Subcomissão Permanente da Amazônia, vinculada à CRE

## Mozarildo quer ampliar debate sobre Amazônia

Os integrantes da Subcomissão Permanente da Amazônia elegeram como presidente e vice-presidente para o biênio 2005-2006 os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador Romeu Tuma (PFL-SP) foi indicado para ser o relator da subcomissão, que funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Mozarildo disse que o cargo é um “desafio do tamanho da Amazônia” e que a prioridade de sua gestão é inserir a região na agenda nacional, pois ela

representa 60% do território brasileiro. Na opinião do senador, a região amazônica é vista como um problema para o país, devido às queimadas, devastação e garimpo ilegal, e não como um elemento de solução. Para ele, essa imagem precisa mudar.

O senador informou que uma das primeiras tarefas da subcomissão é ouvir os órgãos federais responsáveis pela Amazônia, como a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema), e os governadores da região.

## Mais direitos para o consumidor

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou parecer favorável a projeto de lei de autoria do deputado Celso Russomano (PP-SP) que dá ao consumidor o direito de examinar o produto no ato da compra (PLC 88/04). Foi votado um substitutivo do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

No Código do Consumidor, o prazo de reclamação é de 30 dias para produtos não-duráveis e de 90 dias para produtos duráveis. O substitutivo estabelece que, em caso de defeito na mercadoria, o consumidor poderá

reivindicar a substituição do produto, a restituição imediata da quantia paga ou o abatimento do preço.

A comissão aprovou ainda o projeto do governo que exclui uma área de 31.489 hectares da reserva extrativista do rio Ouro Preto, em Rondônia (PLC 47/05). O projeto do deputado Luiz Bittencourt (PMDB-GO) que passa a exigir, para fins de publicidade, a divulgação dos dados sobre o licenciamento ambiental e o relatório de impacto ambiental dos empreendimentos desde o início das obras (PLC 30/04) também foi aprovado.

## Parlamento para fortalecer Mercosul

A futura criação do Parlamento do Mercosul, prevista para 2006, poderá resolver o “grande déficit institucional” da integração regional, na avaliação do deputado uruguaio Roberto Conde, presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM). Ao participar da abertura do seminário “O Parlamento e o Mercosul”, realizado em Brasília na última quinta-feira, ele sugeriu a adoção da “primazia do político sobre o econômico” pelos quatro países que compõem o bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

– Não cremos em um processo de integração que seja apenas econômico. Ou seremos capazes de fazer uma integração política, ou simplesmente não haverá integração – advertiu Conde, ligado à Frente Ampla do atual presidente uruguaio, Tabaré Vázquez.



Zambiasi (E), no encontro “O Parlamento e o Mercosul”: integração da América do Sul

A necessidade de se incorporar a sociedade ao debate do processo de integração regional também foi ressaltada, durante a abertura do seminário, pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente da representação brasileira na comissão. Ele admitiu que a integração precisa ser

construída por etapas, mas indicou como exemplo a ser seguido o do Parlamento Europeu, que já reúne 27 países.

– Não há dúvidas, 14 anos após o Tratado de Assunção, que estão dadas as condições para que se avance no processo de consolidação da integração. O Parlamento do Mercosul é imprescindível para a integração do Cone Sul e, posteriormente, da América do Sul – afirmou Zambiasi.

Ainda há, porém, obstáculos à efetiva criação do Parlamento. O mais importante deles talvez seja o da representatividade. Isto é, como as populações dos países que compõem o bloco serão representadas, sem provocar desconforto aos sócios menores.

## Bloco deverá ter parlamentares eleitos

Até o final de 2010, deverão ser diretamente escolhidos – pelos eleitores de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – os deputados que integrarão o Parlamento do Mercosul. A partir de 2011, eles passarão a fazer da sede do organismo, em Montevidéu, capital do Uruguai,

um palco definitivo de debates sobre o processo de integração regional.

Até lá, vigoraria um processo de transição, durante o qual seriam indicados para compor o novo parlamento deputados ou senadores de cada um dos parlamentos nacionais dos quatro

países que compõem o bloco.

De acordo com o anteprojeto que serviu de base para as discussões realizadas na quinta-feira, em Brasília, no seminário “O Parlamento e o Mercosul”, a nova instituição deverá ser “órgão de representação de seus povos, independente e autônomo”.

## Márcio Buzanelli é aprovado para diretor-geral da Abin

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou o nome de Márcio Paulo Buzanelli para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Buzanelli substituirá o delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva, exonerado após criticar os membros da CPI Mista dos Correios. A decisão da

CRE depende ainda de exame em Plenário.

O relator Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que o diretor da agência tem grandes responsabilidades em relação à segurança nacional. Acrescentou que o nome de Buzanelli é adequado, porque ele tem bastante experiência no combate ao crime organizado e ao terrorismo.

## Aprovada criação de canal de TV a cabo do Executivo

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou parecer a projeto (PLC 29/05) que cria um canal de televisão para o Poder Executivo.

O canal, obrigatório e gratuito, entrará na grade das TVs a cabo e será operado pela Radiobrás. Conforme o parecer de Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), lido por Mão Santa (PMDB-PI), a TV do Executivo documentará e transmitirá atos e matérias de interesse do governo federal.

## Hélio Costa vai discutir liberação de verbas do Fust

Por requerimento do senador Gerson Camata (PMDB-ES), aprovado pela Comissão de Educação (CE), o ministro das Comunicações, senador licenciado Hélio Costa, será convidado a debater o uso dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), atualmente retidos no Tesouro Nacional.

Pela lei que criou o Fust, em vigor há cinco anos, cabe àquele pasta formular as políticas e prioridades do fundo, que já arrecadou R\$ 4 bilhões.

**COOPERAÇÃO** - A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou parecer a projeto de decreto legislativo que fixa cooperação brasileira com Cuba nos setores de pesca e aquíicultura. O relatório, do senador Jefferson Péres (PDT-AM), informa que Cuba pretende popularizar o consumo de pescado, e que o Brasil tem potencial como produtor.

**ANGOLANOS** - O conselheiro do Conselho de Comunicação Social Paulo Tonet recebeu, na quarta-feira, representantes do Conselho de Comunicação Social de Angola. Além das funções dessas entidades, o sistema de propriedade das empresas jornalísticas (estatal e privado) e a situação atual da mídia no Brasil e em Angola foram os principais temas da reunião.

## PLENÁRIO

## Senado presta homenagem à Maçonaria brasileira

O Senado dedicou parte da sessão de sexta-feira para homenagear a Maçonaria brasileira pela passagem do Dia do Maçom, comemorado em 20 de agosto. A iniciativa foi do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que conclamou a Maçonaria a tomar “uma firme posição diante dos escândalos de corrupção que assolam o país”. Também Alvaro Dias (PSDB-PR) salientou que “os enunciados da Maçonaria deveriam ser cultuados pelas instâncias do poder do país”. As ações da Maçonaria em defesa

da República foram lembradas por Mão Santa (PMDB-PI) e Valdir Raupp (PMDB-RO) disse compartilhar das preocupações das lojas maçônicas em relação à cobiça sobre a Amazônia.

A sessão, presidida por Tião Viana (PT-AC), contou com a presença dos grãos-mestres Laelson Rodrigues, da Grande Oriente; Sérgio Gianordoz, da Grande Loja CMB; do representante da Confederação Maçônica do Brasil, Antônio do Carmo Ferreira; e do presidente da Loja Rosa-Cruz de Brasília, Franklin Mota.

## Maranhão elogia honestidade de famílias paraibanas

A devolução de cartões do programa Bolsa Família na cidade paraibana de Pombal, relatada pela revista *IstoÉ*, foi saudada pelo senador José Maranhão (PMDB-PB). Ele lembrou que, apesar de se ter atualmente a impressão de que não existe mais dignidade no país, quando se contempla o cenário nacional pelos jornais, a maioria do povo demonstra o contrário.

– Existe dignidade sim. A grande maioria do povo brasileiro, especialmente o povo simples, sabe renunciar ao que leva muitos homens públicos, às vezes até privilegiados do ponto de vista financeiro, a cometerem delitos graves contra a nação e, sobretudo, contra a confiança de seu povo – contestou Maranhão.

**MOVELEIROS DE SC** - Audiência pública realizada na quinta-feira entre representantes dos moveleiros de Santa Catarina e o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, foi destacada pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Conforme explicou, o setor vive uma grave crise, causada, principalmente, pela desvalorização do dólar diante do real.

## Aelton protesta contra ampliação de parque em MG

Aelton Freitas (PL-MG) protestou contra a intenção do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de desapropriar terras de produtores rurais para expandir em 130 mil hectares a área de preservação do Parque da Serra da Canastra, no sudoeste de Minas Gerais.

Para o senador, essa “medida extemporânea” prejudicará os produtores rurais da região, gerando sérios problemas sociais, além de contribuir para a deterioração do patrimônio natural. A área atual do parque, de 71 mil hectares, foi fixada por decreto há 33 anos.

**MUDANÇAS** - Em discurso no Plenário, o senador Almeida Lima, de Sergipe, comunicou que deixou o PSDB e se filiou ao PMDB, que já era a maior bancada do Senado e agora passa a contar com 24 senadores. Na quinta-feira, assumiu pela segunda vez o mandato de senadora, como suplente, Iris de Araújo (PMDB-GO), no lugar de Maguito Vilela, que se licenciou por quatro meses.

## Borges critica falta de investimentos públicos

Ao criticar a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) de manter a taxa básica de juros em 19,75% ao ano pelo terceiro mês consecutivo, o senador César Borges (PFL-BA) culpou o governo pela falta de investimentos públicos no país. Para o parlamentar, a política econômica só beneficia o setor financeiro, enquanto se acumulam problemas em todas as áreas, como saúde, educação e transportes, que ficam sem recursos.

O senador disse que, além da crise moral e política, o país também atravessa a maior crise de investimento de sua história. Para dar uma idéia da situação, César Borges informou que, até julho, o governo havia executado

apenas 4% – ou seja, R\$ 886 milhões – dos R\$ 22 bilhões previstos no Orçamento deste ano.

– Esses valores definitivamente não atendem às necessidades do país nas áreas de educação, saúde, saneamento básico e habitação – afirmou.

A recente liberação, pelo governo, de R\$ 1 bilhão para investimentos não resolve o problema, na visão do senador. Além de a medida apenas elevar a execução orçamentária de 4% para 9%, não beneficia as áreas realmente necessitadas. César Borges criticou a destinação de R\$ 350 milhões para a Infraero e R\$ 45 milhões para a



César Borges: governo liberou apenas 4% dos investimentos para o ano

Presidência, enquanto os ministérios dos Transportes, da Saúde e da Educação ficaram fora dos investimentos.

## Motta destaca prejuízos à agropecuária

As declarações do presidente do PT, Tarso Genro – que teria criticado as taxas de juros e os “exagerados” superávits primários –, receberam o apoio do senador João Batista Motta (PMDB-ES), que destacou o prejuízo que a política econômica causa ao setor agropecuário. Ele declarou “que esse é o verdadeiro motivo pelo qual o governo deveria pedir desculpas ao povo brasileiro”.

– O governo deveria pedir perdão aos que plantaram soja, acreditando na política agrícola, e acabaram vendo o saco de grãos bater no mínimo de R\$ 23; aos que plantaram arroz quando a saca custava R\$ 50 e hoje não custa mais de R\$ 15; aos pecuaristas, que agora enfrentam o menor preço que já conheceram – ressaltou Motta.

Ele sugeriu ao ministro da

Agricultura, Roberto Rodrigues, que deixe o governo.

– Eu lhe disse: “O senhor é um homem de trabalho, é um produtor, é alguém com competência para presidir este país, e não apenas para ser ministro, mas que, no entanto, não consegue implementar uma política capaz de fazer com que os agricultores sejam ao menos respeitados” – contou.

## Saturnino pede verbas para UFRJ

A liberação de recursos de emenda da bancada do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 8 milhões, para universidades do estado, especialmente para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi solicitada pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ). O parlamentar pediu também que não haja contingenciamento das verbas destinadas aos Jogos Pan-americanos.

## Azeredo questiona reforma universitária

O senador Eduardo Azevedo (PSDB-MG) saudou o anteprojeto da reforma universitária, mas criticou a intenção do governo de concentrar investimentos da educação no ensino superior. Para ele, o poder público não pode dar preferência a um nível de ensino em detrimento de outro. A prioridade deve ser dada, conforme acrescentou, à educação em conjunto.

**PAPILLON** - O lendário fugitivo da prisão da Ilha do Diabo, na Guiana Francesa, teria sido René Belbenoit e não Henry Charière, autor do livro *Papillon*, e o herói teria vivido em Roraima, de 1940 até 1978. A revelação está no artigo “A verdadeira história de Papillon”, publicado pela revista *IstoÉ* e comentada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). A descoberta foi atribuída ao fotógrafo e escritor Platão Arantes e à Polícia Federal.

## Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu a visita do presidente de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes (foto), que veio ao Brasil negociar tratados de cooperação técnica, especialmente no setor petrolífero. Participaram da recepção os senadores José Agripino (PFL-RN) e Cristovam Buarque (PT-DF), que também preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

**SEMINÁRIO** - Em São Paulo, Renan Calheiros participou da abertura de seminário sobre segurança jurídica, promovido pela Federação das Indústrias do Estado (Fiesp). Também prestigiou o evento o senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Após o encontro, Renan e Mercadante participaram do lançamento da Frente Parlamentar pelo Desarmamento.

## Curtas

## REFORMA DO JUDICIÁRIO -

A votação da legislação infraconstitucional necessária à conclusão da reforma do Judiciário foi defendida pelo presidente do Senado. Ele disse que aprovar normas que propiciem rapidez nas decisões da Justiça e simplificação nos processos judiciais ajudará a população de baixa renda a defender seus direitos, o que significará inclusão social e avanço na democracia.

**APOIO AO BID** - Enrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi recebido por Renan Calheiros. Iglesias esteve na Casa para agradecer o apoio do Senado à instituição. Renan também agradeceu o empenho do BID, que permitiu ao Senado desenvolver o projeto de modernização e interligação dos legislativos brasileiros (Interlegis).

## Alberto Silva quer investir em energia

Ao alertar sobre registro do Protocolo de Kyoto segundo o qual o aquecimento global é causado, sobretudo, pela queima de combustíveis fósseis como o petróleo, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) sugeriu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a criação de um programa para a produção de

energia renovável em grande escala.

– O Brasil pode se transformar no mais importante produtor de energia no mundo. Temos solo, água, terra e gente desempregada. Está na hora de empregar essa gente para produzir energia renovável – defendeu o senador.

## CRISE NO CAMPO -

O senador Gilberto Goellner (PFL-MT) afirmou que a agropecuária enfrenta a pior crise dos últimos tempos, resultado, basicamente, de três fatores: a desvalorização do dólar diante do real, a queda dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional e a elevação dos custos de produção. Além disso, ressaltou, os produtores tiveram de enfrentar a seca ou o excesso de chuva em algumas regiões.

**VEREADORES** - O senador Ribamar Fiquene (PMDB-MA) conclamou os senadores a uma revisão da Resolução 21.702/04, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A resolução estabelece que o número de vereadores a ser eleito deve ser de acordo com a população do município. Conforme o parlamentar, a norma acabou por promover abrupta redução nas cadeiras de vereadores em muitos municípios. – A decisão do TSE é fruto de uma evidente exorbitância daquele tribunal – assegurou.

**PLENÁRIO** Homenagens dominam a sessão do Senado, dois dias após a morte do líder socialista de Pernambuco

# Senadores aplaudem coerência de Arraes

A sessão plenária da última segunda-feira, a requisição do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), foi dedicada a homenagear o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, que faleceu aos 88 anos, no sábado, vítima de infecção respiratória agravada por insuficiência renal. A trajetória de Arraes na vida pública foi exaltada tanto por correligionários quanto por adversários políticos que, ao final da sessão, fizeram um minuto de silêncio em reverência a sua memória. O Senado também deverá realizar, em breve, sessão especial em homenagem ao líder socialista.

Pernambucano, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) afirmou que "o sonho do ex-governador Miguel Arraes, de um país independente com a inclusão das massas sociais, não vai sair dos atuais partidos" políticos do Brasil. Observou que, apesar de ter passado por vários partidos políticos, Arraes nunca mudou "um ponto sequer" em seus compromissos, especialmente com os nordestinos.



Miguel Arraes, morto aos 88 anos, foi governador três vezes e deputado federal outras três. Era presidente nacional do PSB

## José Jorge elogia "adversário ético"

O líder da minoria no Senado, senador José Jorge (PFL-PE), lamentou o falecimento de Miguel Arraes, "um adversário correto e ético".

Para José Jorge, apesar de ele e Arraes terem militado "em lados opostos nos embates políticos em Pernambuco", é preciso reconhecer os méritos do homem público.

– Podíamos discordar dele politicamente, mas foi sempre merecedor de nosso respeito e consideração – afirmou José Jorge.

Arraes, segundo o senador, foi um dos grandes líderes políticos brasileiros dos últimos 50 anos, como Leonel Brizola, Teotônio Vilela, Mário Covas, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves.

## Sarney destaca luta pelos sertanejos

O senador José Sarney (PMDB-AP) destacou a luta de Miguel Arraes em favor do sertanejo nordestino e o classificou de "mago da vida pública dos sertões de Pernambuco".

– Ele foi um símbolo de sua geração e poderia ter chegado até a presidente – enfatizou Sarney, que não pôde participar do enterro de Arraes em virtude do falecimento de uma irmã.

## Para Maguito, país perde referência

Para Maguito Vilela (PMDB-GO), "o Brasil perdeu um dos nomes mais influentes da política nacional nos últimos 50 anos". O país, completou, "não perde apenas um ícone político, mas uma referência ética, tão importante nestes tempos de crise moral pela qual passa a classe política".

## Virgílio exalta coerência e decência

Apesar de divergirem quanto à condução dos processos político e econômico brasileiros, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), exaltou a honradez, a coerência

e o espírito público de Miguel Arraes.

– Pensava como os políticos de sua geração. Era responsável, respeitável, decente e estimado por mim – assinalou.

**ROMERO JUCÁ** - O senador pelo PMDB de Roraima lembrou sua origem política pernambucana ao homenagear Miguel Arraes.

– Naquele tempo, coordenei várias campanhas enfrentando o doutor Arraes. Mas nós não enfrentávamos um discurso ou uma proposta de governo, mas sim uma doação de vida que tocava a alma dos brasileiros – enfatizou.

**VALADARES** - O senador do PSB sergipano afirmou que Miguel Arraes "fará uma falta inestimável" ao país, no momento em que ocorrem investigações de denúncias de corrupção. Para Antônio Carlos Valadares, o político foi um exemplo de honradez, trabalho e compromisso com a nação. No enterro, em Recife, ele disse ter testemunhado o carinho e o respeito da população.

**CAPIBERIBE** - O 10º Congresso do Partido Socialista Brasileiro não contará com a presença do seu presidente, Miguel Arraes, lamentou o senador João Capiberibe (PSB-AP). Ele comunicou que a abertura do evento, no entanto, seria uma missa em memória do político nordestino na Catedral de Brasília.

**ANTONIO CARLOS** - O senador pelo PFL da Bahia registrou que Miguel Arraes foi um político notável pela coerência que sempre manteve às suas idéias e lamentou que o presidente Lula nunca tenha procurado o ex-governador para conversar e trocar idéias com relação à política nacional e sobre o Nordeste.

**TASSO JEREISSATI** - O senador do PSDB pelo Ceará destacou que "o Brasil, principalmente o Nordeste, perde um dos seus maiores líderes". Para Tasso, Arraes foi símbolo na política nacional do sertanejo e do homem simples do Nordeste, "admirado pelo seu povo" e "exemplo de dignidade".

**IDELI SALVATTI** - A líder do PT no Senado considerou que o "grande brasileiro" Miguel Arraes fará muita falta ao país. – Arraes sempre participou dos momentos mais importantes da vida brasileira, sempre se colocando ao lado das causas populares – observou Ideli, que destacou o fato de Arraes ter sido advogado das Ligas Camponesas, nas décadas de 50 e 60 do século passado.

## Trajetória política incluiu oito mandatos populares

Presidente do Partido Socialista Brasileiro, Miguel Arraes de Alencar (1916-2005) foi deputado estadual, prefeito do Recife, três vezes governador de Pernambuco e três vezes deputado federal. Enterrado domingo (14), o cortejo partiu do Palácio das Princesas, exatamente onde, em 1964, foi

preso para, depois, ser deposto e exilado pelo regime militar.

Nascido em Araripe (CE), mudou-se para Recife para estudar. Funcionário do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), formou-se em Direito em 1937. Exerceu vários cargos e mandatos públicos até ser cassado e exilado pela ditadura militar.

## Marco Maciel ressalta coerência e perseverança

Miguel Arraes, disse o senador Marco Maciel (PFL-PE) em Plenário, tinha coerência, "algo que não é muito comum na atual realidade política, em que os fatos se modificam muito rapidamente, provocando mudanças de pensamento". Ele destacou também a determinação e a perseverança de Arraes, que "não mudava suas convicções ao sabor dos ventos e das circunstâncias".

Cearense de nascimento e pernambucano por adoção, Arraes, afirmou Marco Maciel, viveu "essencialmente a vida de um homem público, que não desempenhou nenhuma outra atividade a não ser aquelas relacionadas a funções públicas".

– Arraes fez da política não um instrumento de manutenção da ordem das coisas, mas de transformação – ressaltou o senador.

## Sérgio Guerra lembra luta em defesa dos mais pobres

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) destacou dois aspectos que considerou os mais relevantes da vida de Miguel Arraes: o compromisso com a luta contra a pobreza e a defesa da união dos países emergentes contra os mais ricos.

O compromisso com os pobres, afirmou Guerra, surgiu no primeiro mandato de Arraes como governador, quando proporcionou "a educação e a

politização das massas" e "a melhoria das condições de vida da gente do campo, que vivia escravizada".

Secretário de Arraes em Pernambuco, o senador disse que sempre lembrava de uma frase do político: "No Brasil não há apenas um Nordeste, há nordestes pelo Brasil inteiro", em referência às condições de pobreza nordestina que se repetem em várias áreas do país.

## Para Simon, Arraes não deixa sucessores

Assim como Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Mário Covas, Franco Montoro e Ulysses Guimarães, Arraes não deixou sucessores, de acordo com o senador Pedro Simon (PMDB-RS). "Arraes, você gostava dos pobres, dos humildes, e não defendia a luta armada. Defendia que os mais pobres pudessem subir alguns degraus na vida e lutou por isso a vida inteira", disse Simon, que classificou Arraes como "o mais autêntico representante do Nordeste".

## Suplicy apresenta voto de pesar

Ao justificar pedido de voto de pesar do Senado pelo falecimento de Miguel Arraes, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou as medidas reformistas adotadas por Arraes em Pernambuco, como o apoio ao programa de alfabetização do educador Paulo Freire e a defesa da reforma agrária.



Ulysses Guimarães e Miguel Arraes, reunidos no Congresso Nacional, durante os trabalhos da Assembléia Constituinte

## COMISSÕES

# Prefeito é acusado de aliciar emigrantes

Em depoimento à CPI da Emigração Ilegal, na quinta-feira, Lúcia Pereira, moradora de São Félix de Minas (MG), acusou o prefeito da cidade, Wanderley Vieira de Souza, do PT, de ser o chefe de quadrilha que leva ilegalmente brasileiros para o exterior. A denúncia foi feita durante audiência da CPI na cidade de Governador Valadares (MG).

Lúcia contou que seu filho Wendel Johnatan Pereira, de 23 anos, morreu poucos dias depois de atravessar a fronteira do México com os Estados Unidos, levado pela quadrilha que seria comandada por Wanderley. A CPI pretende fazer acareação entre ela e o prefeito.

Em março, a revista *IstoÉ* publicou reportagem que aponta o prefeito como um dos principais "cônsules" da região de Valadares. "Cônsul" é o nome que recebem, na cidade, os financiadores das quadrilhas que levam emigrantes para os EUA.

Também ouvida pela CPI, Maria Auxiliadora Farias relatou que seu marido, Agnaldo Farias Moreira, foi encontrado morto



Ao lado de Marcelo Crivella (D), o delegado Rui Silva revela à CPI da Emigração que quadrilhas cobram até US\$ 10 mil por pessoa

em uma pensão em Miami, Flórida, no último dia 12. Disse que Agnaldo havia tentado entrar nos Estados Unidos três vezes.

Auxiliadora e Lúcia Pereira pediram ao presidente da CPI, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que ajudasse a providenciar o traslado dos corpos de Wendell e Agnaldo para o país. O parlamentar afirmou que pretende trazer os dois corpos no voo que

repatriará mais brasileiros presos nos Estados Unidos. Crivella anunciou que dois senadores norte-americanos foram convidados a comparecer à CPI, a fim de discutir o problema.

Na audiência pública da CPI, habitantes da região de Governador Valadares fizeram relatos sobre suas experiências na travessia da fronteira norte-americana com o México.

## Quadrilhas se especializam cada vez mais, diz Crivella

O delegado federal Rui Antônio da Silva denunciou à CPI que, somente em Governador Valadares e região, pelo menos 40 quadrilhas atuam no aliciamento de brasileiros que pretendem morar de forma ilegal no exterior, especialmente nos EUA.

Ele informou que as quadrilhas cobram em média US\$ 10 mil por pessoa. Caso o brasileiro consiga emprego lá fora, observou, o pagamento à quadrilha é feito entre 24 a 36 parcelas mensais.

Rui da Silva, que trabalha em

Governador Valadares, disse que a legislação brasileira é omissa, já que não reconhece a prática como crime, apesar de caracterizar delito contra o sistema financeiro. Revelou que a PF não possui ações concretas para combater as quadrilhas e que, na cidade, apenas dois delegados investigam os casos de aliciamento.

O senador Marcelo Crivella – que recentemente foi aos EUA, na companhia de outros integrantes da CPI, para repatriar

302 brasileiros – advertiu que as quadrilhas estão se especializando cada vez. Estimou que esses grupos de criminosos chegam a embolsar em torno de US\$ 120 milhões por ano.

Crivella acolheu sugestão do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) para que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, compareçam à CPI a fim de discutir a adoção de medidas para combater com rigor a ação das quadrilhas.

## CPI da Terra debate criação de varas agrárias federais

A criação de varas agrárias federais, com o objetivo específico de tratar dos conflitos fundiários, foi tema de debate quinta-feira na CPI da Terra. Para o deputado federal João Alfredo (PT-CE), essas varas seriam um passo para a posterior instituição de uma Justiça Agrária no Brasil.

– Além disso, seria uma forma de evitar os conflitos de competência que ocorrem entre as Justiças Federal e Estadual – ressaltou o deputado.

Outro defensor da criação das varas agrárias federais é Jorge Antonio Maurique, presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil.

– Não faz sentido que uma área que faça parte do Plano Nacional de Reforma Agrária seja objeto, ao mesmo tempo, de decisões da Justiça Estadual, quando esta trata dos conflitos entre posseiros e proprietários, e da Justiça Federal, quando esta lida com os conflitos entre proprietários e a União. É mais lógico a unificação, porque então teremos uma decisão só para cada questão, que dirá se determinada área pode ser des-

propriada ou não – argumentou Maurique.

Mas não houve consenso durante o debate na CPI. O juiz estadual Eugênio Couto Terra é contra esse deslocamento de competências. Para ele, isso “afasta o cidadão do seu julgador”, uma vez que as decisões seriam tomadas longe dos locais em que ocorrem os conflitos fundiários.

Eugênio Couto também contestou a afirmação de que, com as varas federais situadas nas capitais, os juizes escapariam das pressões locais.

Já o juiz estadual João Ricardo dos Santos Costa, disse não acreditar que a Justiça local venha conseguindo resolver essas questões, mas salientou não crer que as varas federais vão solucionar o problema.

O relator da CPI, João Alfredo, alertou, durante o debate na comissão, para o risco de uma disputa corporativista entre as Justiças Federal e Estadual. Eugênio Couto reconheceu que a criação das varas agrárias federais poderiam representar “desprestígio” para a Justiça Estadual.

**Medida seria primeiro passo para uma Justiça Agrária no país, afirma relator**



Magistrados que participaram do debate na CPI da Terra, presidida por Alvaro Dias (D), divergiram sobre a questão

### Projetos

#### Quebra de sigilo no Código Tributário

Segundo a Constituição, é competência privativa do Senado Federal aprovar previamente, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. Para regulamentar esse dispositivo, o senador Tião Viana (PT-AC) apresentou o PLS 242/05, propondo que os indicados para presidir as autarquias, fundações e empresas públicas federais sejam sabatinados pelo Senado. Viana também apresentou projeto de lei complementar (PLS 241/05) para que conste, no Código Tributário, a permissão do fornecimento de informações protegidas por sigilo fiscal ao Poder Legislativo federal. O parlamentar diz que hoje tal possibilidade não é explícita na legislação, o que causa dificuldades ao exercício da função fiscalizadora do Parlamento.

#### Campanha educativa no horário eleitoral

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) propõe que, quando a propaganda eleitoral de um partido for suspensa, seu espaço seja destinado à divulgação de propaganda institucional educativa de interesse da cidadania, seguida da informação de que a programação normal foi suspensa por

desobediência à lei eleitoral. De acordo com seu projeto (PLS 239/05), as peças publicitárias e sua divulgação serão de responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral. Pela prática vigente, no período citado é transmitida somente a informação, de caráter formal, sobre o motivo da suspensão.

#### Ampliação das medidas de proteção a testemunha de CPI

Além das medidas de proteção a testemunha já garantidas por lei aos que colaboram com investigação criminal realizada pelas autoridades policiais, judiciais ou pelo Ministério Público, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou o PLS 243/05

para incluir também o pagamento de ajuda financeira mensal às testemunhas de investigação parlamentar que sofram, em razão de seu depoimento a uma CPI, grave ameaça e restrição ao direito de exercer sua profissão ou trabalho.

#### Tourinho quer alíquota menor para energia

A Lei 10.637/02 instituiu o regime de tributação não-cumulativo do PIS/Pasep e elevou sua alíquota. No mesmo sentido, a Lei 10.833/03, que tornou a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) não-cumulativa, também determinou elevação de alíquota. Por meio de projeto de lei (PLS 237/05), o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) propõe que os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia sejam incluídos no rol dos serviços excetuados, sujeitos ao regime anterior, que é cumulativo, mas com alíquota menor.

#### Fundo de apoio ao biodiesel

Projeto de lei que institui o Fundo de Apoio ao Biodiesel (PLS 240/05), apresentado pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), propõe transferir aos produtores recursos

para investimento em projetos que incrementem a produção desse combustível “verdadeiramente nacional e mais benéfico para o meio ambiente”.

#### Isenção de máquina a autônomo

O senador licenciado Hélio Costa (PMDB-MG), atual ministro das Comunicações, é autor de projeto (PLS 236/05) que isenta dos impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) e de Importação as ferramentas, máquinas e instrumentos adquiridos por autônomo, quando de uso exclusivo em sua profissão.

## PLENÁRIO

# Bornhausen quer votar radioisótopos

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) fez um apelo para que a Câmara inclua na pauta, como parte da agenda positiva, a proposta de emenda à Constituição (PEC 7/03) que trata da autorização para produção e comercialização de radioisótopos. O projeto foi aprovado no Senado por unanimidade em duas votações.

Bornhausen relatou ter participado do programa *Cidadania*, da TV Senado, no qual conversou com a médica Valéria Guimarães sobre o combate ao câncer de tireóide. Segundo ele, teve que levar sua esposa, enferma, aos Estados Unidos, porque então o Brasil não possuía o aparelho PET Scan, que radiografa o câncer em toda sua extensão.

– Hoje, soube que já temos o aparelho em Brasília. Nos Estados Unidos, encontrei o médico-chefe de Medicina Nuclear do Hospital Albert Einstein (SP), Jairo Wagner, que me disse que



Jorge Bornhausen pediu que Severino "coloque a vida em primeiro lugar" e inclua o projeto na pauta de votações

o problema para aquisição do aparelho era constitucional, pois a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) exerce o monopólio da produção de radioisótopos – afirmou o senador.

Bornhausen informou que a produção atual de radioisótopos é insuficiente, já que têm vida curta (duas horas) e devem

ser produzidos perto do local de utilização. Ele pediu que o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, "coloque em primeiro lugar a vida" e inclua o projeto na pauta de votações.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), em aparte, disse que o acesso ao PET Scan é restrito aos que podem pagar.

GERALDO MAGELA

## Cristovam: "É preciso ler linguagem do povo"

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) disse na sexta-feira que o desencanto da sociedade brasileira em relação ao atual governo não deve ser reproduzido no Congresso Nacional. Na sua opinião, os parlamentares precisam criar um movimento pela ética e aprender a interpretar a linguagem corporal do povo brasileiro, para elaborar um projeto voltado

às políticas públicas.

– O povo tem ido às ruas protestar contra a corrupção; em breve deve ir para protestar contra as prioridades do uso do dinheiro público. A partir da leitura da linguagem do corpo, podemos fazer com que o povo brasileiro volte a acreditar que ainda é possível um país diferente – observou Cristovam.

## Promessa de Lula gera polêmica entre senadores

A promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de instalar um Centro Integrado da Ciência e da Saúde na Universidade Federal do Tocantins, feita em visita ao estado, gerou polêmica entre os senadores Nezinho Alencar (PSB-TO) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).

Para Nezinho, o projeto muda a "lógica perversa" criada com a constante carência de recur-

solos humanos em saúde pública no dia-a-dia do atendimento à população.

Já para Eduardo, as promessas de Lula dificilmente serão cumpridas.

Ele afirmou que, com o corte anunciado pelo governo de R\$ 1,6 bilhão no orçamento da educação, até as universidades federais em funcionamento terão dificuldades para pagar suas contas.

## Paulo Octávio registra abertura do Incor-DF

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) anunciou no Plenário que o Instituto do Coração do Distrito Federal já começou a funcionar e, em nome de Brasília, homenageou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), incentivador da criação do instituto. Antonio Carlos defendeu o projeto após a morte do seu filho, o então deputado Luiz Eduardo Magalhães, que faleceu em Brasília vítima de problemas cardíacos, em 21 de abril de 1998.

## Crivella informa sobre angioplastia de Alencar

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) informou na sessão plenária de quarta-feira que o vice-presidente da República, José Alencar, foi internado em São Paulo e submetido a um procedimento para desobstrução das artérias do coração (a chamada angioplastia). Segundo o senador, o procedimento cirúrgico foi um sucesso. Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) desejaram pronto restabelecimento ao vice.

## Mão Santa cobra recursos para hospital universitário

Ao comemorar os 153 anos de Teresina, o senador Mão Santa (PMDB-PI) cobrou do presidente Lula a liberação de recursos para o hospital universitário da capital de seu estado. Segundo ele, não está sendo cumprido compromisso com o governo piauiense de repassar R\$ 60 mil mensais à instituição.

– O hospital universitário não está concluído. O ambulatório funciona precariamente. Lula, parabeneze a capital liberando todos os recursos para o hospital. Conclua o sonho dos piauienses, que é um povo que nunca lhe faltou – disse, lembrando que a cidade tem um dos mais modernos centros de saúde do país.

## Embaixadora brasileira acusada de racismo

O senador João Capiberibe (PSB-AP) apresentou requerimento ao Plenário com o objetivo de esclarecer notícia divulgada por um jornal de Moçambique, acusando a embaixadora do Brasil naquele país, Leda Lúcia Martins Camargo, de prática de racismo. Segundo o semanário moçambicano *Zambeze*, a diplomata teria chamado de "porcos" dois funcionários de um complexo comercial, ao ser impedida de entrar no estabelecimento com um cão, na capital do país, Maputo.

Capiberibe quer que o Ministério das Relações Exteriores se manifeste sobre o episódio e também propôs que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) convoque a embaixadora para explicar o caso.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que a conhecia e que ela não é racista. "Leda Lúcia jamais envergonharia a nação", afirmou o senador, que leu em Plenário



Capiberibe pediu explicações sobre denúncia feita por um jornal de Moçambique

nota que a embaixadora enviou ao jornal *Zambeze* afirmando seu respeito ao país.

### Congresso marcado pela tragédia

Capiberibe lamentou, no mesmo discurso, que o 10º Congresso Nacional do PSB, realizado no fim da semana passada, tenha sido marcado pelo vazio deixado pela morte de seu presidente, Miguel Arraes.

## Tourinho pede aprovação da reforma tributária

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu a aprovação do projeto de reforma tributária, que já passou pelo Senado e agora tramita na Câmara.

O projeto, frisou o senador, é fruto de entendimento entre o governo federal, a oposição e os governadores.

– Se não for aprovado logo, dez anos de discussão serão perdidos – preveniu o parlamentar, pedindo a ação do governo pela

aprovação.

Tourinho apontou que uma das principais inovações da reforma é o fim da chamada "guerra fiscal", isto é, a competição entre os estados da Federação, que, para atrair investimentos, concedem incentivos fiscais às empresas.

No projeto aprovado, os incentivos concedidos no passado são mantidos, mas é vedada a concessão de isenções no futuro. Além disso, foi prevista a criação

do Fundo de Desenvolvimento Regional, que compensaria os estados que não pudessem mais conceder incentivos. Tourinho garantiu que, com a criação desse fundo, os governadores defenderão a reforma.

Romero Jucá (PMDB-RR), relator do projeto de reforma tributária no Senado, apoiou Rodolpho Tourinho e ressaltou a necessidade de simplificar o processo tributário.

## José Jorge elogia Mendonça Filho

José Jorge (PFL-PE) manifestou seu apoio à posição adotada pelo vice-governador de Pernambuco, José Mendonça Filho, que se recusou a assinar um termo de compromisso em defesa do projeto de transposição do rio São Francisco, em reunião na Casa Civil da Presidência da República. O objetivo da reunião era obter o apoio dos governadores dos estados envolvidos com o projeto. Mendonça Filho exercia o cargo de governador, devido a viagem de Jarbas Vasconcelos ao exterior.

## Lobão comemora obras em Alcântara

Edison Lobão (PFL-MA) aplaudiu na sexta-feira a iniciativa do governo de publicar, ainda em agosto, o edital das novas obras de infra-estrutura do Centro Espacial de Alcântara (MA), onde, em 2003, uma explosão matou 21 técnicos. O projeto inclui parceria com empresas, universidades e institutos de pesquisa. O investimento estimado é de R\$ 600 milhões em cinco anos. Para Lobão, a iniciativa reforça a importância estratégica de Alcântara para a ciência e a tecnologia nacionais.

## Homenagem ao irmão de Teotonio

Em discurso emocionado, Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) homenageou na sexta-feira seu irmão José Aprígio Vilela, empresário alagoano. Ele morreu em 7 de agosto aos 55 anos, em consequência de um câncer. Teotonio citou os atributos do irmão como empresário e líder classista do setor sucroalcooleiro de Alagoas. A carreira de Aprígio teve início aos 17 anos, quando foi emancipado pelo pai, o falecido senador Teotonio Vilela – líder do processo de redemocratização no país.

## Voz do Leitor

## PRODUTORES RURAIS

“Senhores senadores, exponho minha indignação em relação à multa cobrada, pela Receita Federal, dos pequenos produtores rurais pelo atraso na declaração do Imposto Territorial Rural (ITR). O lote da agricultura familiar é inalienável e o valor dessa multa é mais alto que o de um saco de farinha. Recebemos a informação de que essa declaração só poderá ser feita em disquete. Para quem não tem computador, isso implica um custo maior, porque será necessário contratar alguém para fazer a declaração.”

**Fabiano Urbano Costa, de Vigia de Nazaré (PA)**

## AUMENTO PARA MILITARES

“Há senadores que se preocupam com o fato de o governo não ter dado aumento para os militares e esquecem dos brasileiros que ganham salário mínimo. Os militares prestam grande serviço à nação, mas os outros trabalhadores também fazem sua parte.”

**Sérgio Luiz Gambá, de Brusque (SC)**

## BEBIDAS ALCOÓLICAS

“Senador Sérgio Zambiasi, sugiro a apresentação de projeto de lei para proibir os estabelecimentos à beira de estradas e os postos de gasolina de venderem bebidas alcoólicas, como forma de se reduzir os acidentes de trânsito provocados por motoristas alcoolizados.”

**Romário Diecrich Saraiva, de Quaraí (RS)**

## DOAÇÃO DE MEDULA

“Senador Tião Viana, sugiro a apresentação de projeto

de lei para criar postos especializados em receber doações de medula óssea.”

**Juvêncio Leite, de Pirapozinho (SP)**

## FÉRIAS

“Proponho projeto de lei para mudar as férias dos trabalhadores. Em vez de 30 dias ao ano, a cada semestre seriam dadas férias de 20 dias. E não entendo por que a maioria das empresas se recusa a dar férias após 12 meses de trabalho. Afinal, a CLT permite que o trabalhador, ao completar esse período, possa reivindicar e gozar suas férias.”

**Valentim Antônio Santos Lima, de Serra (ES)**

## RODOVIAS

“Senador Alberto Silva, a proposta do plano emergencial de recuperação da malha rodoviária federal é muito importante, assim como a recuperação das rodovias estaduais e municipais. Lamentavelmente, não estamos vendo isso se concretizar.”

**Fausto Luiz de Sá Neto, de São Mateus (ES)**

## BANQUEIROS

“Senhores senadores, a Constituição estabelece, em seu artigo 192, que leis complementares deverão regulamentar o sistema financeiro nacional. Se essa regulamentação já tivesse sido devidamente discutida e aprovada, as atitudes abusivas dos banqueiros contra a população não seriam tão corriqueiras. Por que o Congresso Nacional ainda não cuidou disso?”

**Dílson Pereira, de Porteirinha (MG)**

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

## Pergunte ao Senador

## PROGRAMA FOME ZERO

**Deusilene Carneiro Silva, de Parnarama (MA)**

“Senador Edison Lobão, por que as pessoas que realmente necessitam não têm acesso ao programa Fome Zero?”

**O senador Edison Lobão (PFL-MA) responde:**

Prezada Deusilene, a iniciativa do governo federal de instituir o Fome Zero é, a princípio, meritória, apesar das dificuldades que naturalmente envolvem um programa dessa dimensão. Os problemas identificados na execução do programa – notadamente os relativos aos cadastros das pessoas realmente necessitadas de assistência por parte do poder público – foram amplamente noticiados pela imprensa nos últimos meses. O Brasil é um país complexo, de grandes dimensões, com milhares de municípios e expressiva população. Talvez por esses motivos – além de outros tantos –, às vezes, as pessoas em situação de pobreza podem não ter efetivo acesso aos programas sociais. Precisamos mudar esse quadro, aperfeiçoando e fiscalizando a execução dos diversos programas governamentais. Por outro lado, destaco o empenho que as autoridades federais, estaduais e municipais devem ter para promover políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico. Só assim poderemos oferecer condições dignas de sobrevivência para a população, possibilitando às pessoas em situação de pobreza o acesso ao emprego e a um salário justo. Lembrando o provérbio da sabedoria chinesa, digo que, em situações emergenciais, de fato, precisamos dar o peixe, mas também temos que ensinar a pescar.



## PRISÃO ESPECIAL

**Antonio Lázaro Ferreira, de Salvador (BA)**

“Senador Demostenes Torres, existe algum projeto de lei para acabar com a diferenciação no trato de infratores que praticam crimes contra a população, mas possuem nível superior?”

**O senador Demostenes Torres (PFL-GO) responde:**

Senhor Antonio, tramitam dois projetos no Senado para acabar com essa diferenciação. O PLS 148/00, do então senador Roberto Freire, extingue a prisão especial e dispõe sobre o cumprimento de pena em dependência separada. Ele tramita conjuntamente com o PLS 169/00, do senador Antero Paes de Barros, que altera o artigo do Código de Processo Penal (CPP) que dispõe sobre prisão especial antes da condenação (art. 295). Os projetos foram relatados na Comissão de Constituição e Justiça pelo senador Garibaldi Alves Filho, que votou pela rejeição do PLS 148/00 e pela aprovação do PLS 169/00, nos termos do substitutivo apresentado. Se aprovado, os diplomados – além de não serem incluídos no rol daqueles com direito a cumprimento de pena em dependência separada – perderiam o direito de recolhimento aos quartéis ou a prisão especial, o que não configura privilégio. As autoridades públicas devem receber tratamento diferenciado, em razão da natureza do cargo que ocupam, como acontece com a prerrogativa de foro para serem processados e julgados. A lei protege o cargo, e não seu ocupante; ou seja, se a pessoa possuir formação de nível superior, mas não exercer uma das atividades relacionadas no artigo 295 do CPP, não terá o privilégio legal.



## Frases

“Tenham piedade de uma pessoa. Queria pedir para ser retirado da lista”

**Sandro Mabel**, líder do PL na Câmara, que apelou ao relator, deputado Osmar Serraglio, pela retirada de seu nome da lista de deputados citados em depoimentos como beneficiários do “mensalão”.

“Eu não acho que o *impeachment* seja uma saída. É o último caminho, não serve para ninguém. Ele faz mal para todo mundo”

**Renan Calheiros**, afirmando que até o momento não há prova cabal contra o presidente da República e nem chancela da sociedade para um pedido de *impeachment*.

“Não me perdoa? Não há nenhuma importância para mim. Nenhuma da silvinha. Quem não perdoa sou eu ao presidente, pelo desgoverno, pela arrogância incurável, por ter estabelecido no país o mais espetacular caso de corrupção já visto”

**Arthur Virgílio Neto**, em resposta a suposta declaração do presidente Lula, em reunião com empresários, de que não o perdoaria por ter afirmado que “Lula ou é corrupto ou é idiota”.

“O sonho de Miguel Arraes, de um país independente com a inclusão das massas sociais, não vai sair dos atuais partidos políticos do Brasil”

**Cristovam Buarque**, ressaltando o legado político do ex-governador de Pernambuco, que sempre teria pensado um Brasil diferente.

“Não se terá mais os Dudas Mendonças com campanhas milionárias que procuravam mais esconder o candidato do que mostrar suas idéias”

**Pedro Simon**, sobre a importância de a CCJ ter aprovado na semana passada a proposta de uma minirreforma eleitoral.

“Será a campanha eleitoral mais chata, mas poderá ser a mais honesta”

**José Jorge**, relator da reforma eleitoral, ao admitir que a proibição de showmícios, de vídeos e de entrevistadores de candidatos podem “burocratizar” as próximas eleições.

## Foto da Semana

A quinta-feira, 18, seria mais um dia de expectativa no tiroteio de denúncias de corrupção, mas o maior temor de explosão veio de uma mochila abandonada no Senado. Acionado, o esquadrão antibombas considerou seu conteúdo suspeito após exame de raios X. A mochila foi levada para o gramado em frente ao Congresso Nacional e detonada. Não houve necessidade de desocupar o prédio



GERALDO MAGELA

# Rádio discute reforma eleitoral

O programa *Conexão Senado*, a partir do meio-dia desta segunda-feira, debate o novo cenário das eleições de 2006, que provavelmente acontecerão sob novas regras. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou na semana passada o substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE) ao projeto de lei de Jorge Bornhausen (PFL-SC) que fixa novas normas para as eleições. A proposta – que reduz os custos da campanha, confere maior transparência aos financiamentos e aumenta as penas para crimes eleitorais – surgiu como alternativa para acelerar o início da reforma política, já que as propostas que estão na

Câmara dos Deputados alteraram itens mais polêmicos e, por isso, de aprovação mais lenta. O presidente do Senado, Renan Calheiros, declarou que, com essas mudanças, o Parlamento começa a dar uma resposta à sociedade diante das denúncias levantadas pelas comissões parlamentares de inquérito (CPIs). O ouvinte também pode participar e tirar suas dúvidas pelo e-mail [conexao@senado.gov.br](mailto:conexao@senado.gov.br), pelo telefone (61) 3311-1261 ou pelo fax (61) 3311-2777.

No domingo, a Rádio Senado apresenta às 8h, no programa *Brasil Regional*, a música dos cantores e compositores Jean e Paulo Garfunkel. As versáteis composições desses irmãos

paulistanos mostram preocupação com a realidade brasileira.

## TV reprisa *Getúlio do Brasil*

Em homenagem ao aniversário de 51 anos da morte de Getúlio Vargas, a TV Senado exhibe novamente o documentário *Getúlio do Brasil*, no programa *Senado Documento*, sábado, às 16h, e domingo, às 21h30.

Com direção e edição de Chico Sant'anna e Deraldo Goulart, e produção de Bruno Alves, o especial faz uma retrospectiva da vida do ex-presidente e apresenta depoimentos de historiadores, analistas políticos, jornalistas, parentes e pessoas que conviveram com Getúlio.



Documentário conta a vida de Getúlio Vargas (E), que cometeu suicídio em agosto de 1954

LAÉRCIO/FOLHA IMAGEM

## Rádio Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

### TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

### SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

### SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões

## RESENHA

## Um ponto final à República Velha

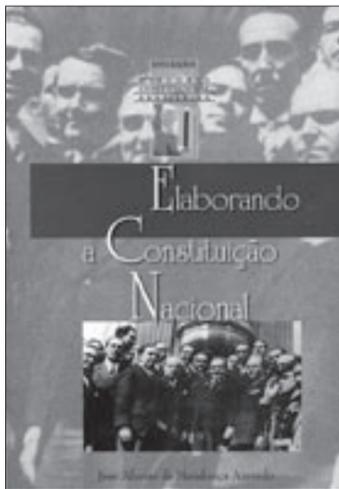
ALEXANDRE GUIMARÃES

No comando do governo provisório desde novembro de 1930, o presidente Getúlio Vargas viu-se, paradoxalmente, obrigado a convocar uma assembléia constituinte logo após derrotar os paulistas do Movimento Constitucionalista de 1932.

Com o fim da revolução, a questão do regime político veio à tona. Getúlio, por meio do Decreto 21.402, de 14 de maio de 1932, que convocava eleições para maio de 1933 e estabelecia uma comissão para elaborar o anteprojeto da Constituição, resolveu pôr termo à discussão e, simultaneamente, colocou um ponto final na República Velha.

*Elaborando a Constituição Nacional*, de José Afonso de Mendonça Azevedo, reúne os documentos que resultariam na Constituição de 1934. Em edição fac-similar, o volume integra a Coleção História Constitucional Brasileira, fruto de convênio entre o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal.

Instalada em 15 de novembro de 1933, a Constituinte contava, pela primeira vez, com uma deputada, a médica Carlota Pereira de Queiroz. O anteprojeto da chamada "Comissão do Itamarati" foi entregue a relatores parciais que se



encarregaram de estudar seus diversos capítulos.

Finalmente, promulgada em 15 de julho de 1934, a Constituição inovou o sistema eleitoral com o voto secreto e o voto feminino – já instituído pelo Código Eleitoral de 1932.

Os grandes avanços ocorreram na área trabalhista: proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, salário mínimo capaz de satisfazer as necessidades do trabalhador, proibição de trabalho a menores de 14 anos, repouso semanal, férias anuais remuneradas, entre outras conquistas.

A leitura de *Elaborando a Constituição Nacional* permite compreender a formulação de princípios constitucionais em meio aos grandes interesses políticos, tornando-a extremamente atual em nosso tempo.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Elaborando a Constituição Nacional*, da Coleção História Constitucional Brasileira, foi editado a partir de convênio entre o Senado e o Supremo Tribunal Federal. Informações pelo e-mail [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br) ou pelo telefone (61) 3311-4755.

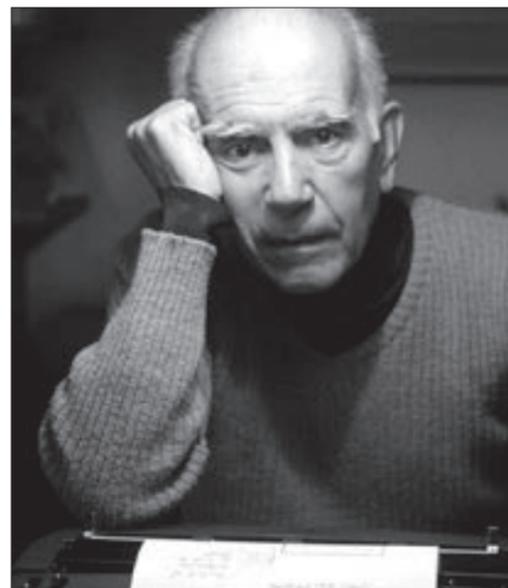
## SENADO

## Érico Veríssimo em cartaz no Salão Negro

A partir desta segunda-feira estará no Salão Negro a exposição *Por Amor à Vida – Érico Veríssimo 100 Anos*. A mostra ficará em cartaz até o dia 2 de setembro, em comemoração aos 100 anos de nascimento do escritor gaúcho. A exposição será aberta oficialmente no dia 24 de agosto, após o encerramento da sessão especial que ocorrerá às 10h, em Plenário, destinada a homenagear o autor da trilogia *O Tempo e o Vento*, conforme requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Na ocasião, haverá apresentação do Coral do Senado.

A sessão especial deverá contar com a presença do filho de Érico Veríssimo, o também escritor Luís Fernando Veríssimo. Dividida em módulos, a exposição reúne painéis fotográficos, trechos de obras e desenhos que retratam os amigos, as viagens, as leituras e a família de Érico Veríssimo. A mostra é itinerante e já foi exposta no Instituto Cultural Uruguayo Brasileiro, em Montevidéu (Uruguai).

Ainda no dia 24 de agosto, haverá uma palestra sobre a obra do escritor gaúcho, a ser realizada na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, às 16h30. O palestrante será o doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) Flávio Loureiro Chaves, que organizou o volume póstumo



LEONID STRELAWEY/ACERVO CENTRO CULTURAL CEEC ERICO VERISSIMO

O homenageado Érico Veríssimo, que estará representado pelo filho, Luís Fernando

das memórias de Veríssimo, *Solo de Clarineta*, e redigiu vários ensaios sobre o escritor, nascido em Cruz Alta (RS), em 1905.

## TV Senado terá sinal aberto ampliado

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, informou, na última quarta-feira, após encontro com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, que um novo financiamento deverá ser realizado pela Casa junto à instituição. Denominado por ele como "financiamento dois", Renan adiantou que os recursos permitirão expandir a área de comunicação e que a prioridade é ampliar o alcance do sinal aberto da TV Senado – atualmente operando apenas

no Distrito Federal.

Segundo informou Renan, ainda este ano a TV será transmitida por sinal aberto a outras cinco capitais brasileiras e, em 2006, todas as demais capitais serão atendidas.

## Interlegis também terá recursos do BID

– Transmitir a TV Senado como TV aberta favorece a integração nacional e faz com que o Senado aprimore o cumprimento do seu papel constitucional, que é fazer o melhor para o Brasil, e legitime

a representatividade – observou.

Renan Calheiros salientou que o primeiro acordo com o BID financiou 50% dos US\$ 34 milhões que permitiram a modernização do Senado e a criação do programa Interlegis.

O presidente do Senado explicou que o Interlegis integrou o Senado Federal e a Câmara dos Deputados a todas as assembléias legislativas e quase 4 mil câmaras municipais. A meta para este ano, disse ele, é integrar mais 500 câmaras de vereadores.

## Conheça o Senado

## Comissão de Assuntos Econômicos completa 70 anos de atividade



Gustavo Loyola (E), ministro da Fazenda Pedro Malan e senadores Gilberto Miranda e Pedro Piva em reunião da CAE em 1997

Com 27 membros titulares e igual número de suplentes, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) é resultado da fusão das extintas comissões de Economia e de Finanças, instituídas em 1935 no Senado, ambas então presididas pelo senador Waldomiro Magalhães.

Com a Constituição de 1988, suas competências foram assumidas pela CAE, que teve como primeiro presidente o senador Raimundo Lira.

Uma das maiores comissões em atividade, detentora de longa pauta, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas.

Os membros do colegiado manifestam-se ainda nas proposições que versem sobre direito agrário, planejamento e execução da política agrícola, agricultura, pecuária, alienação ou concessão de terras públicas, entre outros as-

suntos atrelados ao meio produtivo rural.

A comissão responde também pela análise de matérias sobre problemas econômicos do país, política de crédito, câmbio, seguro, tributos, tarifas, empréstimos, direitos tributário, financeiro e econômico, entre outros. E vota a escolha dos ministros do Tribunal de Contas da União e do presidente e dos diretores do Banco Central, além das autorizações para operações externas de natureza financeira.

O colegiado engloba ainda a subcomissão permanente de Assuntos Municipais e as subcomissões temporárias de Liquidação de Instituições Financeiras, de Extração Mineral e de Dívida Pública.

Atualmente a CAE é presidida pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA) e tem como vice-presidente o senador Romeu Tuma (PFL-SP).

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: João Alberto Souza  
3º Secretário: Paulo Octávio  
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos  
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Suely Bastos

Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira e Sylvio Guedes  
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici Schwengber (61) 3311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Ény Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

## Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670  
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Previdência dá cobertura ao campo

Os trabalhadores rurais representam um terço dos 23 milhões de beneficiários da Previdência Social em todo o país. Até 1991, eles recebiam aposentadoria de acordo com a Lei Complementar 11/71 e faziam jus apenas a benefício no valor de meio salário mínimo,

sem que precisassem contribuir.

Em julho de 1991, a Lei 8.213, que instituiu o novo Regime Geral da Previdência Social, estendeu os benefícios previdenciários a todos os trabalhadores rurais, que passaram a ser segurados, e não mais beneficiários de um sistema

assistencial.

Hoje, o agricultor recebe benefício no valor de um salário mínimo e pode vir a usufruir valor superior, se contribuir de acordo com o Regime Geral.

Pelo regime atual, o trabalhador rural pode ser enquadrado, levando-se em

conta a forma como exerce sua atividade, em quatro categorias. Se for empregado, terá todos os direitos e obrigações dos trabalhadores urbanos. Ele pode ser ainda autônomo (hoje denominado contribuinte individual), trabalhador avulso ou segurado especial.



Em 1991 os trabalhadores rurais passaram a ter direito aos benefícios da Previdência Social

## Para o INSS, agricultor pode ser inserido em quatro categorias

**1) Empregado** – É quem trabalha para empresa ou proprietário rural, inclusive o safrista e o volante, eventual ou temporário, com carteira assinada.

**2) Contribuinte individual** – É o trabalhador que presta serviço a uma ou mais pessoas sem vínculo empregatício, exercendo atividades eventuais, sendo eles volantes, temporários ou bóias-frias; e o produtor rural (parceiro, meeiro, comodatário, arrendatário, pescador artesanal) que explora atividades agropecuárias, pesqueiras ou de extração de minerais, com empregados.

**3) Trabalhador avulso** – É aquele que, como os ensacadores de café e de cacau, presta serviço de natureza rural, sem vínculo empregatício, sendo sindicalizado ou não, a diversas empresas ou pessoas físicas,

com intermediação do sindicato ou do órgão gestor.

**4) Segurado especial** – É o parceiro, meeiro, comodatário e arrendatário rurais, o produtor, o pescador artesanal, e seus assemelhados, que trabalha exclusivamente em regime de economia familiar, sem empregados, podendo ter ajuda eventual de terceiros; além do cônjuge ou companheiro(a) e dos filhos maiores de 16 anos que sejam membros do grupo familiar e exerçam atividade rural nas mesmas condições. O segurado especial tem que contribuir para a Previdência com uma alíquota de 2,1% sobre a receita da comercialização da produção, tendo direito a benefícios limitados ao salário mínimo.

### Benefícios

Os trabalhadores do campo

têm direito à aposentadoria por idade ou por invalidez, à pensão aos familiares em caso de morte do segurado, ao salário-maternidade e aos auxílios doença e reclusão.

Quem é agricultor em regime de economia familiar é considerado pela Previdência Social como segurado especial. Na concessão da aposentadoria por idade, há redução na idade do segurado: do homem, de 65 anos para 60, e da mulher, de 60 para 55, desde que comprovem o exercício da atividade por pelo menos 180 meses.

Para o segurado especial receber os benefícios não há necessidade da comprovação do recolhimento à Previdência, desde que comprove o exercício da atividade pelo tempo (carência) exigido para cada benefício.

### CONCEITOS

► **Parceiro** – É aquele que tem contrato de parceria com o proprietário da terra e desenvolve atividade agrícola, dividindo os lucros, conforme acordo no contrato.

► **Meeiro** – Tem contrato com o proprietário da terra e desenvolve suas atividades dividindo meio a meio as despesas e os rendimentos obtidos.

► **Arrendatário** – É aquele que comprova-

damente utiliza a terra de terceiros, mediante pagamento de aluguel ao proprietário para desenvolver atividade agropecuária.

► **Comodatário** – É aquele que, comprovadamente, explora a terra pertencente a outra pessoa, por empréstimo gratuito e por tempo indeterminado ou não.

FONTE: Ministério da Previdência Social

### Projetos em tramitação

► **PLS 523/03** – De autoria do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), altera a Lei 8.213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural. Encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde o relator, Aelton Freitas (PL-MG), apresentou parecer pela aprovação na forma de substitutivo (que acrescenta ao Código Penal o agravamento

da pena por crime de falso testemunho, quando este objetiva fraudar a Previdência).

► **PLS 154/02** – Propõe também alterar a Lei 8.213/91. Do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), objetiva garantir ao trabalhador rural o direito de requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante 30 anos, contados a partir da data de vigência daquela lei (ou seja, até 2021). Hoje o prazo é de 15 anos, e acaba em 2006. Também está na CAS, com parecer do

relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), pela aprovação da matéria nos termos do substitutivo (que não inclui os trabalhadores avulsos entre os trabalhadores rurais).

► **PL 6.967/02** – Do então deputado José Carlos Coutinho (PFL-RJ), aumenta para dois salários mínimos o valor obrigatório da aposentadoria por idade do trabalhador rural segurado. Tramita na Câmara em conjunto com 12 projetos sobre a previdência do trabalhador rural.

## Como o trabalhador rural pode se inscrever no INSS

► Para se filiar à Previdência Social ou se cadastrar no CEI (Cadastro Específico do INSS), o trabalhador rural deve comparecer a uma agência do INSS e apresentar a carteira de identidade, o CPF e um comprovante de residência. Se em sua comunidade houver acesso à Internet, pode fazer sua inscrição pelo [site www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br). Pode se inscrever, ainda, fazendo uma ligação gratuita pelo 0800-780191.

► O atendimento às comunidades desprovidas de agências fixas do INSS é itinerante, realizado pelo PrevMóvel, um veículo especialmente adaptado.

► O trabalhador rural empregado deve ter a carteira assinada. A inscrição ocorre a partir da assinatura e do registro no PIS/Pasep, providências a cargo do empregador.

► O trabalhador avulso é inscrito pelo preenchimento de documentos que o habilitem ao exercício da atividade, formalizados pelo cadastramento e registro no sindicato da classe.

► O contribuinte individual e o segurado especial devem procurar o INSS para declarar tais atividades e receberem o Número de Inscrição do Trabalhador (NIT). No caso do contribuinte individual, servirá para efetuar contribuições mensais sobre os seus rendimentos e, no caso do segurado especial, se desejar contribuir facultativamente para aumentar o valor do seu benefício. Os segurados especiais devem comprovar a atividade rural e precisam da Matrícula no Cadastro Específico do INSS para efetuar os recolhimentos sobre a comercialização de seus produtos.

► Se o contribuinte individual iniciar suas atividades prestando serviço, sem vínculo empregatício, à pessoa jurídica, a inscrição e o recolhimento da contribuição deverão ser feitos pelo tomador do serviço. Os membros do grupo familiar do segurado especial que exercem atividade em regime de economia familiar devem ser inscritos na Previdência Social.

### Documentos necessários

- Contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural
  - Comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
  - Bloco de notas de produtor rural ou nota fiscal de venda realizada por produtor rural
  - Declaração de Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato de Pescadores ou Colônia de Pescadores registrada no Ibama, ou da Fundação Nacional do Índio (Funai) homologada pelo INSS.
  - Temporária fornecida pelo Incra
  - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR)
  - Comprovante de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR)
  - Declaração da Funai atestando a condição do índio como trabalhador rural
  - Caderneta de inscrição pessoal visada pela Capitania dos Portos, pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) ou pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs).
- Ou**
- Autorização de Ocupação

### Informações

**Ministério da Previdência Social**  
Caixa Postal 09714  
70040-976 - Brasília (DF)  
PrevFone: 0800 780-191 (segunda a sábado, de 7h às 19h)  
Disque Denúncia: 0800 707-0477  
[www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br)

**Guia da Previdência do Trabalhador Rural**  
[www.previdenciasocial.gov.br/docs/guia\\_trabalhadorrural.pdf](http://www.previdenciasocial.gov.br/docs/guia_trabalhadorrural.pdf)

**Ministério do Trabalho e Emprego**  
Espanada dos Ministérios, Bloco F, Ed. Anexo A, Térreo, sala TA-14  
70059-900 - Brasília (DF)  
Alô Trabalho: 0800 610-101 (regiões Sul e Centro-Oeste, AC e RO) e 0800 285-0101 (SP, RJ, MG e demais localidades)  
[www.trabalho.gov.br](http://www.trabalho.gov.br)

**Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)**  
SBN - Edifício Palácio do Desenvolvimento  
70057-900 - Brasília (DF)  
Tel.: (61) 3411-7474  
[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

**Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)**  
SBN Quadra 1 - Edifício Palácio da Agricultura - 1º andar  
70040-908 - Brasília (DF)  
Tel: (61) 3326-5256/3326-5898  
[www.senar.org.br](http://www.senar.org.br)

**Manual de Orientação da Previdência Social na Área Rural (Senar e INSS)**  
[www.senar.org.br/pdf/Manual%20de%20Orientação.pdf](http://www.senar.org.br/pdf/Manual%20de%20Orientação.pdf)